

ABONG 2010 A 2013

EM DEFESA DOS DIREITOS E BENS COMUNS





// 06



// índice

INTRODUÇÃO	04
ONGs: UM OLHAR RETROSPECTIVO, UMA AGENDA DE FUTURO	06
Um movimento planetário E no Brasil... Novos desafios das organizações da sociedade civil	
FORTELECIMENTO DA ESFERA PÚBLICA	11
Ambiente favorável e seguro Transparência Conhecimento e informação Iniciativa popular para a Reforma Política Direitos Humanos	
POR UM OUTRO DESENVOLVIMENTO	21
Desenvolvimento Cúpula dos Povos	
CIDADANIA PLANETÁRIA	27
Cooperação internacional Diplomacia não governamental Espaços de incidência política internacional	
VIDA ASSOCIATIVA	32
Tempo de renovar Comunicação Abong Grupos de trabalho temáticos Nova imagem e mais diálogo com a sociedade —Abong 20 anos! Mas afinal, quem são as organizações filiadas à Abong? Atual estrutura de funcionamento da Abong	
CONCLUSÃO	39
Uma agenda para a Abong e suas associadas	
LISTA DAS ASSOCIADAS	40
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	43
EXPEDIENTE	46

INTRODUÇÃO

Quando a Abong completou vinte anos, em 2011, seu Conselho Diretor entendeu que era hora de renovar sua identidade visual. Uma nova logomarca foi desenvolvida, associando a sigla da associação a uma espiral, denotando movimento e expansão. Criou-se também uma assinatura para expressar sua identidade afirmativa: uma associação de organizações da sociedade civil voltadas à defesa dos direitos e dos bens comuns.

De forma sintética, a nova logomarca e assinatura comunicam a missão da associação consagrada em sua Carta de Princípios, a luta contra todas as formas de discriminação e de desigualdades, pela construção de modos sustentáveis de vida e pela radicalização da democracia. Com esse norte, atuam suas aproximadamente 250 associadas, que têm como estratégia combinar o trabalho educativo visando o fortalecimento e a formação política de grupos populares, com a produção e disseminação de conhecimentos e metodologias, a mobilização social, a incidência em políticas públicas, no legislativo, no judiciário e na mídia, o controle social e a animação de redes, fóruns e campanhas, no Brasil e pelo mundo.

Em 19 de março de 2010, a Assembleia Geral das associadas definiu um conjunto de prioridades que deveriam orientar o trabalho do corpo diretivo então eleito para o período 2010-2013.

Com base nas prioridades políticas, o Conselho Diretor formulou então um plano trienal com o seguinte objetivo geral:

Fortalecer a atuação política em rede das organizações da sociedade civil na disputa por novos paradigmas de desenvolvimento, pela radicalização da democracia e efetivação dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais (DHESCAS).

Visando organizar as linhas de ação, tal objetivo foi desdobrado em cinco objetivos específicos:

- 1) Promover a construção compartilhada e divulgação de novos paradigmas de desenvolvimento que priorizem o bem viver, com justiça social e ambiental.
- 2) Contribuir para o avanço da luta pela Reforma Política na direção da democracia participativa e no controle social das políticas públicas.
- 3) Disseminar uma cultura de direitos humanos na sociedade brasileira, por meio de articulações que incidam na elaboração de políticas públicas.
- 4) Contribuir para a construção de um contexto político, social e legal favorável à atuação das organizações não governamentais e movimentos sociais.
- 5) Ampliar a capacidade institucional das organizações da sociedade civil, por meio do fortalecimento de sua gestão e comunicação com a sociedade.

Essa publicação apresenta as ações realizadas pela Abong, entre 2010 e 2013, com vistas à realização desses objetivos, procurando situá-las no contexto mais amplo das lutas democráticas no Brasil e no mundo. No primeiro capítulo, reproduzimos uma análise retrospectiva do papel das organizações da sociedade civil nos últimos cinquenta anos, convergindo para uma agenda de futuro que o Conselho Diretor submete à Assembleia de Sócios em fevereiro de 2013. No segundo capítulo, o foco é a luta da Abong para criar um ambiente favorável ao engajamento cidadão no Brasil, pela radicalização da democracia, pelo fortalecimento da participação social. O terceiro capítulo, “Por um outro desenvolvimento”, discute as concepções de desenvolvimento defendidas pela Abong e as ações realizadas ao longo dessa gestão, com foco na Rio + 20 e na Cúpula dos Povos, realizada no Rio de Janeiro, em 2012. O quarto capítulo, “Cidadania Planetária”, apresenta os espaços de incidência internacional em que a Abong tem participado e a atual discussão sobre cooperação internacional e diplomacia não governamental. Por fim, o último capítulo, “Vida associativa”, traça o perfil da vida institucional e associativa da Abong, revelando o seu cotidiano, as conquistas e desafios, as novas formas de gestão

// saiba mais

Prioridades da Abong para o Triênio 2010-2013

a) Fortalecimento do Projeto Político da Abong e de suas associadas.

Refere-se a criar condições e mobilizar associadas e organizações do campo político da Abong para ampliar o debate sobre questões conjunturais para outra sociedade possível, no sentido de:

- Proposição de outro paradigma de desenvolvimento socioambiental;*
- Efetivação dos direitos humanos;*
- Respeito e valorização da diversidade humana;*
- Radicalização da democracia, mais participativa e inclusiva;*
- Radicalização da luta contra a desigualdade e exclusão.*

b) Aumento da sustentabilidade política e financeira das ONGs e da Abong.

- Fortalecimento da base associativa;*
- Ampliação da discussão sobre identidade e papel das ONGs;*
- Ampliação da discussão e defesa de um marco legal sobre acesso a fundos públicos;*
- Fortalecimento da relação com a cooperação internacional;*
- Experimentação de novos modos de estruturação funcional da Abong;*
- Dinamização da comunicação interna e externa.*

c) Fortalecimento das lutas políticas e causas das associadas.

- Reforço das alianças com movimentos e redes temáticas, especialmente ligadas à questão de gênero, raça, diversidade sexual e outras com menos visibilidade na nossa sociedade;*
- Luta contra a criminalização da pobreza;*
- Luta contra a criminalização dos movimentos sociais e ONGs;*
- Reforço das alianças com movimentos e redes que defendem o mesmo projeto político da Abong na América Latina e África;*
- Fortalecimento da luta pelo direito à comunicação.*

experimentadas.

Ao longo dos capítulos, além de falas de dirigentes da associação, foram inseridos depoimentos de parceiros e especialistas sobre o papel das organizações da sociedade civil no Brasil e sobre o papel da Abong, de modo a complementar a narrativa com outros olhares sobre a associação e seu contexto.

Sabemos que o sentido do que aqui se relata não se resume ao triênio: as lutas sociais não se encerram em anos, nem em décadas, são processos que na história se realizam e fazem sentido. São três anos na vida de uma associação, que logo completará 22, integrando um fluxo maior de ações levadas a cabo por coletivos de pessoas que, no Brasil e no mundo, se organizam para tornar realidade um outro mundo possível, mais justo, solidário e sustentável.

Boa leitura!

ONGs: UM OLHAR RETROSPECTIVO, UMA AGENDA DE FUTURO



Um movimento planetário

Há vinte anos, a Conferência da ONU para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92, ajudou a popularizar no Brasil o termo ONG — Organização Não Governamental, para designar certo tipo de organização sem fins lucrativos, diferente das fundações e associações de cunho assistencial, filantrópico ou de ajuda mútua que tradicionalmente compuseram o campo institucional não lucrativo no país. O termo tinha sido cunhado na década de 1940, no âmbito das Nações Unidas, para designar organizações da sociedade civil com atuação internacional, principalmente na ajuda humanitária, e que eram convidadas a participar dessa instância ao lado de representantes oficiais dos Estados-membros.

No processo Rio-92, essas organizações passaram definitivamente a ser reconhecidas, tanto no Brasil como no mundo, como atoras relevantes nas negociações internacionais sobre o meio ambiente e o desenvolvimento.

Desde então, sua presença nos espaços de governança mundial é crescente, organizando campanhas e estratégias de advocacy para influenciar decisões governamentais e multilaterais, monitorando compromissos assumidos ou cobrando acordos mais efetivos para a promoção da justiça socioambiental e dos direitos humanos, principalmente nos órgãos das Nações Unidas, mas também junto à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a blocos de países como a União Europeia e o G20.

A incidência política dessas organizações no âmbito global se funda em sua capacidade de aliar a experiência direta com os problemas sociais e ambientais de comunidades nas diversas regiões do globo com a formação de redes e fóruns nos âmbitos nacional e internacional, integrando demandas específicas de grupos em agendas amplas referenciadas a valores universais como os direitos humanos, a igualdade e diversidade, a democracia e os bens comuns.

Redes e fóruns de organizações da sociedade civil e movimentos sociais se mostram capazes de construir canais de comunicação por meio dos quais ameaças ou revezes sofridos por grupos em qualquer continente

podem desencadear redes de solidariedade ao redor do planeta. Do mesmo modo, suas lutas e conquistas inspiram outros grupos vivendo problemas similares. As possibilidades de conexões se ampliam e diversificam com a disseminação dos meios digitais de comunicação; o intercâmbio e as ações em parceria criam laços solidários e impulsionam a ação coletiva, amplificando seu poder de incidência política no âmbito local, nacional e internacional.

O processo do Fórum Social Mundial (FSM), iniciado em 2001, com participação destacada de organizações da sociedade civil brasileira, se constitui no principal canal de expressão desse movimento de cidadania planetária com vistas à construção de alternativas mais solidárias, justas e sustentáveis para nossas sociedades ao redor do planeta. Mais recentemente, a "Primavera Árabe", os movimentos dos "Indignados" e dos "Occupy" renovam estratégias e reafirmam o potencial de propagação de movimentos de transformação social pelo mundo.

Porém, na mesma medida em que cresce sua capacidade de incidência e crítica às políticas governamentais, organizações da sociedade civil e movimentos sociais também são cada vez mais atacados por campanhas de deslegitimação e criminalização. A falta de uma legislação adequada e a pouca transparência dos governos, em especial nos países do Sul, favorecem o uso indevido desse estatuto jurídico para a prática de atividades ilícitas ou favorecimento de grupos ligados aos governos. As organizações do Norte, por seu lado, também passam a ser questionadas por governos de corte mais conservador, com base numa lógica tecnocrática de cobrança de resultados que cria dificuldades para ações de natureza política em parceria com organizações e movimentos sociais do Sul.

Nesse contexto, além das redes e movimentos temáticos (que enfocam direitos das mulheres, das crianças e adolescentes ou dos povos indígenas, a luta contra a Aids, contra o racismo, pelo comércio justo ou a agroecologia, por exemplo), as associações ou plataformas de organizações não governamentais se mobilizam para afirmar a legitimidade dessas organizações como atoras na esfera pública, promotoras de transformações na perspectiva da justiça social e ambiental.

Divulgação

“ Uma das principais transformações das últimas décadas reside precisamente no deslocamento dos limites da 'política', o que tem implicado uma verdadeira reestruturação do campo político. As lutas sociais protagonizadas por sujeitos em movimento têm feito transbordar o 'político' para fora das estruturas e hierarquias formais (parlamento, estruturas governamentais), gerando demandas que modificam a agenda pública e levam os debates políticos a ruas e barricadas, assembleias e comunidades. **”**



Hugo Fanton

Lilian Celiberti
militante feminista uruguaia, em
seminário de 20 anos da Abong.

© E no Brasil...

No Brasil, o termo ONG foi adotado por organizações de assessoria que, no final da década de 1960 e na de 1970, no contexto da ditadura, se dedicavam à educação popular junto a grupos de base, de forma quase clandestina, e centros de defesa dos direitos humanos, tendo apoio de agências de cooperação internacional. Na

década de 1980, essas organizações se alinharam às forças sociais que impulsionaram o processo de redemocratização, que culminou com o fim do período autoritário em 1985 e a "Constituição Cidadã" de 1988. Na década de 1990, elas proliferaram e passaram a assumir, cada vez mais, voz própria e protagonismo na arena política nacional. Ao lado de sindicatos e movimentos de populações tradicionais, trabalhadores/as rurais e urbanos/as fortalecidos/as e crescentemente autônomos/as, as ONGs se constituíram como espaço institucional de movimentos sociais, como o feminismo, o ambientalismo, o movimento negro, e de outros tantos grupos de ativistas sociais inspirados/as pela perspectiva da defesa de direitos. As ONGs passaram a ser canais de experimentação, expressão e ação política de coletivos voltados à defesa dos direitos sociais e, paulatinamente, assimilaram uma visão ampliada dos direitos humanos, abarcando, além dos direitos civis e sociais, os econômicos, os culturais e os ambientais. Muitas organizações desse campo foram responsáveis pelo desenvolvimento de tecnologias sociais e ambientais inovadoras, que se transformaram em agendas de redes e fóruns da sociedade civil e, posteriormente, foram reconhecidas e adotadas como políticas públicas.

A Constituição de 1988 consagrou princípios de participação social que levaram à institucionalização de espaços de interação das organizações da sociedade civil com os governos: os orçamentos participativos, as audiências públicas, conferências e conselhos de políticas públicas. Em grande parte resultantes de lutas travadas pelas organizações da sociedade civil, tais espaços, foram por elas ocupados e lhes impuseram novos desafios em termos de capacidade de



Thiago Ripper

proposição e articulação política.

Essas valiosas conquistas das organizações da sociedade civil brasileira no âmbito nacional e internacional, entretanto, vêm sendo ameaçadas por uma conjuntura hostil ao seu desenvolvimento autônomo e criativo e a sua legitimidade como canal de expressão e engajamento dos diversos segmentos da sociedade brasileira. Em especial na década de 1990, com a hegemonia das políticas neoliberais, as ONGs foram vistas como canal de terceirização de responsabilidades do Estado na área social, uma estratégia para encolher o Estado e responder às demandas sociais com mais focalização e economia de recursos.

Nesse período, muitas organizações foram criadas para prover serviços com financiamento público, enredando-se em relações ambíguas com os governos. Tal situação permitiu que essas organizações fossem frequentemente usadas para driblar regras que disciplinam a gestão pública ou para favorecer grupos ligados a governantes, provocando sucessivos escândalos na mídia e a instalação de inconclusivas CPIs sobre ONGs e movimentos sociais ao longo dos anos 2000. A recorrência de episódios dessa natureza, somada aos ataques na grande mídia por parte de grupos políticos e econômicos diretamente ameaçados pela atuação das ONGs, geraram um clima de suspeição em relação às ONGs, dificultando a interação dessas organizações com gestores/as públicos/as idôneos/as e com a sociedade de forma geral.

Tal ambiência alimenta a descrença da sociedade em sua própria capacidade de constituir uma esfera pública ampliada, na qual entes governamentais e não governamentais possam agir de forma autônoma e legítima, disputando

democraticamente as orientações da sociedade e das políticas públicas ou colaborando para o bem comum. Nesse contexto, a capacidade das ONGs de mobilizar junto à própria sociedade os recursos necessários para sua sustentabilidade fica prejudicada. E, ainda que canais de acesso dessas organizações a fundos públicos existam, as crescentes condicionalidades para habilitação e execução de projetos, somadas a um contexto de grande insegurança jurídica, limitam enormemente ou mesmo travam as iniciativas tanto governamentais como não governamentais, chegando, em alguns casos, a ameaçar a própria sobrevivência das organizações, de relevantes projetos sociais em que estão envolvidas e do modelo de democracia projetado em nossa Carta Constitucional.



Thiago Ripper

A maioria das organizações filiadas à Abong teve, na sua origem, a cooperação internacional como principal pilar de sua sustentação financeira. Ao longo dos anos 2000, a desvalorização do euro e do dólar em relação ao real, a reorientação política de algumas agências de cooperação e, a partir de 2008, a crise econômica internacional acarretaram a diminuição de fluxos de recursos da cooperação internacional solidária para o Brasil ou sua concentração em algumas entidades ou temáticas. Muitas organizações vêm enfrentando dificuldades para reconstruir sua base de sustentação financeira nesse cenário. Outras organizações, que cresceram independentes da cooperação internacional mas acolhidas como colaboradoras de políticas públicas nacionais, à medida que avançam os anos 2000, passam a sofrer com a instabilidade de sua relação com governos, que não conseguiram consolidar uma efetiva política de Estado relacionada à participação social e às organizações da sociedade civil.

“ A construção da cidadania é um processo contínuo, constituído de avanços e retrocessos. No Brasil, não apenas a luta, mas também os avanços práticos obtidos por muitas ONGs têm ajudado muito, seja na denúncia de abusos, seja na proposição de soluções. Hoje, vemos muitas políticas públicas que avançaram em grande parte pela contribuição das ONGs, como na saúde na política de AIDS, na agricultura familiar, nas políticas de inclusão de minorias - mulheres, deficientes e negros/as. As ONGs experimentam, inovam, criam soluções com poucos recursos, trabalham em rede, interagem com diversos setores. Isto tem inspirado a atuação de muitas empresas na área social e de autoridades públicas em diversas instâncias. **”**



Patrícia Mendonça

Patrícia Mendonça
pesquisadora da
Fundação Getúlio Vargas.



Hugo Fanton

Novos desafios das organizações da sociedade civil

A sociedade brasileira vem se transformando aceleradamente. Entre os anos 2000 e 2010, o PIB cresceu 40% e a riqueza per capita, mais de 130%; 40 milhões de pessoas saíram da pobreza e entraram no mercado consumidor; aumentou o gasto público com programas sociais e crédito para pequenos empreendimentos e agricultura familiar. Só entre 2009 e 2011, o número de domicílios com acesso à internet aumentou 40%, de modo que metade dos brasileiros e das brasileiras maiores de dez anos é hoje usuário/a da rede virtual. Crescem as oportunidades de emprego e, de maneira geral, o governo federal conta com sólida aprovação popular.

O crescimento econômico, entretanto, não altera substancialmente os padrões de concentração de renda e de propriedade que caracterizam a história brasileira. Os subsídios governamentais às grandes empresas e ao agronegócio continuam suplantando o apoio aos pequenos empreendimentos, à agricultura familiar e à construção de alternativas econômicas sustentáveis do ponto de vista socioambiental. As desigualdades continuam sendo estruturantes da sociedade brasileira: desigualdades no acesso à renda e aos recursos, desigualdades de gênero, de raça e entre regiões. Permanecem altos os níveis de violência e insegurança nas cidades, onde a ocupação é desordenada e, o mais preocupante, aumenta a pressão sobre o meio ambiente, nas zonas urbanas e rurais, uma vez que o modelo de desenvolvimento está baseado no produtivismo e no incentivo ao consumo, na monocultura e no extrativismo mineral para exportação.

A normalidade democrática já se estende por mais de duas décadas, as eleições ocorrem a cada dois anos, mas não há fronteiras muito nítidas entre os programas dos diferentes partidos, e não se sabe ao certo de que forma podem promover a formação política da população. Ampliam-se os espaços de participação, mas há o desapontamento quanto à sua capacidade de influenciar as políticas públicas. A conquista da lei da Ficha Limpa e diversas mobilizações populares anticorrupção sinalizam, entretanto, que a ética na política é um tema sensível na opinião pública, que conta com mais meios de acessar informação. A entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação em 2012 pode marcar uma nova era no que se refere ao controle social no país.

Finalmente, também na última década, o Brasil alargou significativamente seu poder de influência na geopolítica mundial. A pujança econômica, a política de alianças com países da América Latina e África, a ação coordenada com outros países emergentes, somadas ao reconhecimento do sucesso de programas inovadores na área social e à participação social atraem a atenção e a expectativa internacional sobre o governo e a sociedade civil brasileira.

As organizações da sociedade civil brasileira — ONGs, sindicatos e movimentos sociais — foram protagonistas dessas mudanças que o país atravessa e também são hoje produto delas. Se quiserem permanecer vivas e vigorosas como agentes de transformação social e renovar suas bases de sustentação social, política e financeira, terão que compreender seu tempo e renovar estratégias, captando os sinais das urgências, dos riscos e das possibilidades para fazer avançar um projeto de sociedade baseado nos direitos humanos, na democracia e no cuidado dos bens comuns. Esse é o desafio que dá sentido à presença da Abong, apoiando e articulando a ação de suas associadas em parceria com outras organizações e movimentos inspirados pelos mesmos princípios.

FORTALECIMENTO DA ESFERA PÚBLICA

Como resultado da luta de diversos segmentos da sociedade civil brasileira pela redemocratização do país, a Constituição de 1988 consagrou o direito à livre associação, assim como a legitimidade e importância da participação social na implementação de políticas públicas garantidoras de direitos. Tais movimentos postulavam que a democracia representativa não era suficiente para garantir a democracia plena no país, eram necessários mecanismos de controle social e a participação da sociedade na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

A Abong e suas associadas atualizam esse compromisso com a consolidação de uma esfera pública ampliada no Brasil. Lutam para que os órgãos de estado assumam sua responsabilidade na garantia dos direitos e na proteção de nossos bens comuns, em permanente diálogo com as organizações da sociedade civil. Trabalham para que a participação seja cada vez mais abrangente e efetiva, para que nos canais institucionais de ação política, nos meios de comunicação e nos mais diversos espaços de sociabilidade e vivência cotidiana, todas as pessoas possam expressar suas demandas e projetos.

Nesse triênio, a Abong afirmou seu compromisso com essa agenda por meio da sua atuação na Plataforma por um Novo Marco Regulatório da Sociedade Civil, em espaços de debate público sobre o tema da transparência e do controle social, assim como na produção de informações e conhecimento. Continuou também integrando a Plataforma pela Reforma Política, ao lado de articulações que focalizam os direitos humanos.



Divulgação Agência Brasil

Ambiente favorável e seguro

A Abong defende a implementação de um marco legal e de políticas públicas que criem um ambiente favorável e seguro para o envolvimento dos cidadãos e cidadãs em causas públicas. As organizações da sociedade civil precisam dessas condições para mobilizar recursos junto à própria sociedade civil e, com legitimidade e transparência, acessar recursos públicos para realizar atividades relevantes para a democracia e para o bem comum. A luta pela criação de um marco legal para as organizações da sociedade civil e para a garantia de sustentabilidade política e financeira é uma demanda de sua base associativa, e está entre as prioridades da Abong desde sua fundação.

Com esse objetivo, a Abong se uniu a outras representativas redes de organizações da sociedade civil na liderança da Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil, canal de diálogo e negociação com o governo federal sobre essa temática. Integrando o Comitê Facilitador dessa articulação, a Abong pôde exercer uma liderança qualificada, com base em duas décadas de estudos e mobilização social em torno dessa temática.

“É preciso estabelecer regras e regulamentar o acesso a recursos. Um país que se pretende desenvolvido não pode prescindir de uma sociedade civil forte, que luta por direitos. **”**



Divulgação Abong

**Raimundo Augusto
de Oliveira (Cajá)**

**integrante da diretoria
executiva da Abong
(Informes Abong, 2012)**

Em resposta às reivindicações da Plataforma, em 2011, foi constituído um grupo de trabalho, liderado pela Secretaria Geral da Presidência (SG-PR), com a participação de representantes de diversos ministérios e da sociedade civil. Com a medida, a presidente Dilma Rousseff cumpria um compromisso estabelecido com as entidades no período de campanha. Durante o primeiro semestre de 2012, trabalhou-se intensamente na elaboração de um projeto de lei que pretende dar mais transparência e segurança jurídica para as relações contratuais entre governo e organizações da sociedade civil.

O Projeto de Lei estabelece um novo instrumento de contratualização entre o governo e as organizações da sociedade civil, o Termo de Fomento e Colaboração, definindo obrigações relativas ao chamamento público e à prestação de contas, tanto para os administradores públicos como para as organizações. Para a Abong, a consolidação de um instrumento legal que aborde o repasse de recursos a instituições da sociedade civil é um primeiro passo, mas ainda insuficiente, pois precisaria ser complementado com outras medidas relacionadas ao fomento e visibilidade das organizações. Nessa linha, a Abong lançou a proposta de constituição de um fundo público voltado especificamente para a promoção da participação social e da democracia, complementando outros fundos setoriais que as organizações da sociedade civil já acessam, como os fundos da criança e do adolescente. Incentivos tributários, o sistema de acreditação, que envolve as certificações que autorizam benefícios, cadastros e outros mecanismos de produzir e disponibilizar informação pública sobre o setor não lucrativo são outros temas que foram pautados, sobre os quais ainda é necessário desenvolver propostas.

“ Não podemos esperar mais. Temos a palavra dada, escrita e assinada da presidente. Temos também a urgência histórica, pois à medida que avança o crescimento econômico do país, aumentam as responsabilidades que pesam sobre seus cidadãos e governantes. Precisamos de uma sociedade civil brasileira forte e engajada que, além de consumir mais, se comprometa com a busca de alternativas econômicas, sociais e ambientais sustentáveis, tanto quanto com os valores da justiça e da solidariedade. ”



Divulgação Ação Educativa

Vera Maria Masagão Ribeiro
integrante da diretoria executiva
da Abong, em artigo publicado
no Correio Brasiliense em 15/12/2012.

Várias organizações e redes que integram a Plataforma realizaram, no segundo semestre de 2012, debates sobre o mesmo, Brasil a fora, com vistas a aperfeiçoar a proposta e respaldar as iniciativas de advocacy quando de seu encaminhamento ao Congresso. No entanto, seis meses depois, o Projeto de Lei aguarda ainda o parecer da presidente Dilma, e o Comitê Facilitador da Plataforma tem cobrado fortemente a Secretaria Geral da Presidência para que o novo marco regulatório das OSCs não seja uma promessa adiada por este governo como foi nos antecessores.

Ao mesmo tempo em que mantinha o diálogo com o governo, o comitê facilitador da Plataforma por um novo Marco Regulatório para as OSCs continuou alimentando os canais de comunicação e debate com as demais signatárias e com a sociedade em geral. Manteve um site informativo <www.plataformaosc.org.br>, e participou de vários eventos com o objetivo de ampliar a discussão sobre o tema.

A eficácia da atuação das organizações da sociedade civil vem sendo questionada no mundo e levou a um processo de articulação internacional chamado “Fórum Aberto para a efetividade do desenvolvimento das OSC (Open Fórum)”, articulação mundial que existiu, formalmente de 2008 a 2012, e desencadeou uma série de consultas nacionais sobre o tema, inclusive no Brasil, sob a coordenação da Abong. A partir destas consultas nacionais e regionais, a Assembleia Geral do Open Fórum, na Turquia, em 2011, consolidou os Princípios de Istambul sobre Eficácia da Contribuição das OSCs ao Desenvolvimento. O documento

inclui princípios que devem orientar a atuação das organizações e também diretrizes para que os governos criem ambientes favoráveis ao engajamento cidadão. Em relação direta com as questões nacionais, e o debate sobre marco regulatório no Brasil, a Abong articulou suas ações no OF com atividades da Plataforma por um marco regulatório, construindo parcerias importantes e trocando conhecimento e experiência sobre a relação das OSCs com seus países de origem.

// saiba mais



Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil www.plataformaosc.org.br.



desenvolvimento das OSC (Open Fórum), articulação mundial que desencadeou uma série de consultas nacionais sobre o tema. Os princípios definidos em Istambul, em setembro de 2011, são: Respeitar e promover os Direitos Humanos e a Justiça Social; Incorporar a igualdade e equidade de gênero, promovendo, em simultâneo, os direitos das mulheres e das raparigas; Centrar-se no empowerment das pessoas, na apropriação e na participação democráticas; Promover a sustentabilidade ambiental; Praticar a transparência e a prestação de contas; Estabelecer alianças equitativas e solidárias; Criar e partilhar conhecimento e comprometer-se com a aprendizagem mútua; Comprometer-se com a criação de uma mudança sustentável e positiva.

Os Princípios de Istambul sobre Eficácia da Contribuição das Organizações da Sociedade Civil ao Desenvolvimento, foram desenvolvidos a partir do processo Fórum Aberto para a efetividade do desenvolvimento das OSC (Open Fórum), articulação mundial que desencadeou uma série de consultas nacionais sobre o tema. Os princípios definidos em Istambul, em setembro de 2011, são: Respeitar e promover os Direitos Humanos e a Justiça Social; Incorporar a igualdade e equidade de gênero, promovendo, em simultâneo, os direitos das mulheres e das raparigas; Centrar-se no empowerment das pessoas, na apropriação e na participação democráticas; Promover a sustentabilidade ambiental; Praticar a transparência e a prestação de contas; Estabelecer alianças equitativas e solidárias; Criar e partilhar conhecimento e comprometer-se com a aprendizagem mútua; Comprometer-se com a criação de uma mudança sustentável e positiva.

Transparência

Num contexto de criminalização das ONGs e movimentos sociais, é importante garantir mecanismos de transparência e comunicação das organizações com a sociedade, e para tal, a Abong abriu um canal de discussão com suas associadas, parceiros e sociedade em geral sobre o tema.

O projeto de 2011, financiado pela Fundação Ford, "Transparência e legitimidade das organizações da sociedade civil — Fortalecimento da esfera pública no Brasil" resultou na criação de um hotsite www.abong.org.br/transparencia e na publicação da pesquisa "Estudo analítico sobre transparência e legitimidade das organizações da sociedade civil brasileira", disponível na íntegra no hotsite. O documento foi elaborado a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema e da

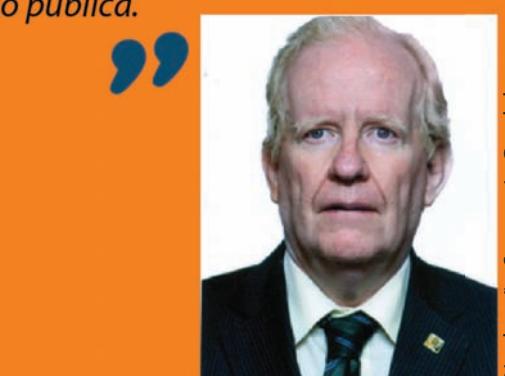
aplicação de um questionário junto a organizações associadas à Abong. E concluiu-se que as associadas entendem a importância do tema e da necessidade de prestar contas sobre sua ação, mas que a autonomia das entidades não pode ser perdida. A transparência e a prestação de contas não podem ser entendidas como controle, e sim na lógica da produção e compartilhamento de conhecimento. "Ao abraçarem a transparência, além de colaborarem com a geração e a disseminação de conhecimentos de uma maneira mais democrática, as OSCs têm a ganhar em legitimidade e reconhecimento. A legitimidade, como se sabe, depende do outro para se completar. Portanto, um sistema de prestação de contas reconhecidamente útil e uma postura madura e aberta ao diálogo e a contestações serão ativos importantes para as organizações no momento em que estas se colocarem no debate público" (ANGELICO, ABONG, 2011).

Outra ação importante foi a participação do Conselho Nacional de Transparência Pública e Combate à Corrupção e na

comissão de organização da Consocial—Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social, que teve sua primeira edição centrada no tema “A Sociedade no Acompanhamento e Controle da Gestão Pública”, e aconteceu em Brasília, entre 18 e 20 de maio de 2012. O processo mobilizou diretamente mais de 150 mil brasileiros representados por cerca de 1,2 mil delegados na etapa nacional. Nos Estados, as associadas da Abong estiveram presentes nas conferências regionais, estaduais e Livres. Para Vera Masagão (Informes Abong, 2012), a participação da sociedade nesses processos demonstra que “Estamos falando do desejo popular de que os recursos públicos sejam aplicados com fins públicos e não desviados para fins privados, por meio da corrupção”. É nesse sentido que a sociedade civil vem tendo “um papel bastante proativo no âmbito federal e em alguns estados e municípios onde os movimentos anticorrupção, pró-participação e controle social já estavam articulados”.



“Em 2003, primeiro ano da gestão Lula da Silva, as organizações do campo Abong foram chamadas a participar da elaboração do Plano Plurianual, o PPA (2004-2007). Num curto espaço de tempo, foram organizadas audiências públicas nos 27 Estados do País. Isso foi de enorme simbolismo para nós que lutamos contra a ditadura militar e, em seguida, pela redemocratização da sociedade brasileira. Exemplo recente do novo ciclo de participação social nas políticas públicas, já no mandato da presidente Dilma Rousseff, foi a destacada participação da Abong junto com outras organizações e redes da sociedade civil na Comissão Organizadora Nacional da 1ª Consocial (2011-2012) coordenada pela CGU (Controladoria Geral da União) e SG-PR (Secretaria Geral da Presidência da República). Essa Conferência possibilitou que quase 1 milhão de pessoas em todo o Brasil e através de diferentes meios (incluindo os meios virtuais) pudessem discutir e formular propostas para o aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência e controle social sobre a gestão pública.



Pedro de Carvalho Pontual
diretor de Participação da Secretaria Geral da Presidência da República.

Divulgação Secretaria Geral da Presidência da República

Conhecimento e informação

A produção de conhecimento e informação sempre foi considerada a linha de ação estratégica da Abong. No período 2010-2013, tal perspectiva se mantém. Com apoio da EED — Serviço das Igrejas Evangélicas da Alemanha para o Desenvolvimento e BFDW — Pão para o Mundo, e a participação das associadas, foram realizadas duas pesquisas. A primeira delas, "Os níveis de remuneração em movimentos sociais e organizações não governamentais brasileiras filiadas à Associação Brasileira de ONGs", realizada em 2010, teve como objetivo diagnosticar níveis de remuneração praticados por Organizações não Governamentais no país, comparando-os com outros setores de serviços. Serviu para oferecer tanto às organizações quanto aos seus financiadores uma referência de remuneração dos profissionais do campo em relação ao mercado de salários praticados no país.

Em 2012, para retratar o atual contexto de institucionalização das relações entre as organizações da sociedade civil e o governo federal, foi realizada uma pesquisa sobre as relações deste com as organizações da sociedade civil (OSCs) do campo da defesa de direitos e bens comuns, no tocante ao acesso aos fundos públicos federais.

Uma outra importante contribuição em relação à produção de informação foi o lançamento de mais uma edição da FASFIL, em

2012. Produto de uma parceria entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Abong e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), a FASFIL é o levantamento das Fundações e Associações Sem Fins Lucrativos em atividade no país. As edições anteriores reportaram dados de 2002 e 2005 e a atual, com metodologia aperfeiçoada, compreende os anos de 2006, 2008 e 2010. Esta edição contou também com o apoio da Secretaria Geral da Presidência da República. O relatório completo pode ser acessado no site do IBGE, em [as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil — 2010](#).

A metodologia desta pesquisa sofreu uma alteração nesta edição com a retirada de organizações inativas do cadastro, o que acarretou uma redução de 23% — de 345 para 267 mil — no universo das FASFIL em 2006. Com esse ajuste, os dados mostram que o setor cresceu 8,8% entre 2006 e 2010, confirmando expectativa de superação do boom causado pelo crescimento marcante do período pós-abertura democrática. Chama a atenção que, em termos regionais, o maior crescimento é identificado no Norte e Centro-Oeste.

No período 2006 a 2010, cresceu 16% o número de pessoas empregadas formalmente no setor (mais que o crescimento do número de entidades). Portanto, cresceu a média de pessoas empregadas. A remuneração desses trabalhadores elevou-se em termos reais em 6,2%, depois de anos de relativa estagnação. Estes dados podem indicar uma tendência de consolidação e fortalecimento das organizações, ainda mais se for considerado que esse número pode estar subestimado devido ao alto grau de informalidade no setor em termos de

// saiba mais

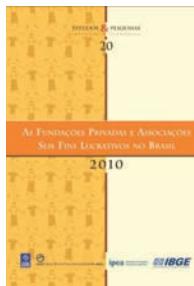
A Abong criou dois espaços virtuais - hotsites - para ampliar o debate com a sociedade e criar ferramentas para a ação de suas associadas:



- *Guia eletrônico temático <<http://www.abong.org.br/fundospublicos>> com informações interessantes sobre o tema e acesso à íntegra do Estudo "Acesso das organizações de defesa de direitos e bens comuns aos Fundos Públicos Federais".*



- *O hotsite <<http://www.abong.org.br/transparencia>>, resultado da pesquisa sobre transparência e informações e referências sobre o tema.*



vínculo trabalhista. "É um fôlego de sustentabilidade para estas organizações", disse Ana Peliano, do IPEA, no lançamento dos resultados da pesquisa.

Para organizações do perfil das associadas da Abong, chama a atenção a estagnação no crescimento da defesa de direitos e interesses do/a cidadão/ã. No entanto, se for considerada toda a criminalização sofrida por essas organizações, a falta de apoio público e a diminuição do apoio da cooperação internacional, sua tradicional apoiadora, este pode ser um sinal de resistência e permanência. Elas respondem à necessidade de uma sociedade desenvolvida e fortalecida de ter canais de engajamento, participação, controle sobre os destinos das riquezas que possui e de expressão de sua diversidade.

“A produção de conhecimentos é um dos principais papéis a serem cumpridos por redes como a Abong e o GIFE, por isso, a parceria na elaboração da FASFIL é tão relevante. A FASFIL é a única pesquisa censitária sobre as organizações sem fins de lucro no Brasil. A produção dela beneficia todas as organizações da área, que podem planejar suas ações com muito mais conhecimento sobre o setor.



Divulgação GIFE

Fernando Rossetti
secretário geral do GIFE.

// saiba mais

Iniciativa Popular - Para mudar: Reforma Política Já!

O Projeto de Lei de Iniciativa Popular para Reforma Política precisa alcançar 1,5 milhão de assinaturas para chegar à votação no Congresso. Para saber mais sobre as propostas e como assinar, acesse www.reformapolitica.org.br.



• Iniciativa popular para a Reforma Política

Desde 2005, a Abong participa ativamente da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político Brasileiro, que se organiza em torno de cinco eixos: 1) fortalecimento da democracia direta; 2) fortalecimento da democracia participativa; 3) aperfeiçoamento da democracia representativa; 4) democratização da comunicação e da informação; e 5) transparência e democratização do Poder Judiciário.

A associação teve um papel importante na produção de documentos e boletins, dando visibilidade a essa questão, e mobilizando suas associadas e a sociedade para a campanha. Durante essa gestão, vem mobilizando assinaturas para o projeto de iniciativa popular e produzindo matérias no Informes Abong com especialistas e associadas que participam da reforma política.

A Plataforma e o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) lançaram, em meados de 2011, a Proposta de Iniciativa Popular de Reforma Política. O objetivo é alcançar 1,5 milhão de assinaturas e conseguir levar um projeto de lei para votação no Congresso Nacional. Afinal, participar do processo político é um direito de toda cidadã e cidadão. Acreditando, portanto, que a sociedade tem o direito de intervir nos processos decisórios da esfera pública, a Abong e suas associadas participaram ativamente, divulgando e contribuindo com o

processo de consulta para a redação da proposta, e também com a mobilização na coleta de assinaturas. Na nota pública, "A reforma política só sairá com pressão popular!", de novembro de 2011, a Abong e demais signatárias reafirmaram "a estratégia de a sociedade concentrar, mais do que nunca, e como já vínhamos fazendo, forças na coleta de assinaturas para aprovar uma proposta de Iniciativa Popular. Está claro que somente a mobilização popular terá força para, de fato, fazer a reforma do sistema político no Brasil" (ABONG, 2011).

“A questão da forma de fazer política e exercer o poder e seus mecanismos é um debate no qual a sociedade tem todo o direito de participar e decidir. Afinal, todo o poder, inclusive o da representação, é uma delegação da sociedade. Tem sido uma batalha difícil já que falta vontade política para a discussão da reforma política. Precisa ter pressão da sociedade e a iniciativa popular é um instrumento para isso. **”**



Divulgação Abong

José Antônio Moroni
integrante do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político (Informes Abong, 2012).



Direitos Humanos

A Abong atua para fortalecer alianças com movimentos sociais e redes temáticas, em especial as que trabalham com questões como gênero, raça, diversidade sexual e outras lutas de menor visibilidade em nossa sociedade, na perspectiva de efetivação dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais (DHESCA). Com esse objetivo, integra a Plataforma DHESCA, o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH), a Jornada pela Legalização do Aborto e o Conselho Nacional de Segurança Pública.

A disputa em torno da aprovação do 3º Plano Nacional de Direitos Humanos, PNDH3, em 2009, evidenciou as enormes barreiras enfrentadas na consolidação de políticas em torno da defesa dos direitos humanos no Brasil, sobretudo no que tange aspectos relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos e a afirmação do Estado laico, muito atacados por alas conservadoras da sociedade. Em "Nota de repúdio às alterações no PNDH3", a Abong evidencia sua indignação frente às tentativas de alterações na redação do plano e se une à Campanha pela Integralidade e implementação do PNDH3, com diversas entidades brasileiras.

No final de 2011, é promulgada como Lei 12.528 a criação da Comissão Nacional da Verdade — CNV, e em maio de 2012, ela é finalmente instalada, com a indicação de sete membros e a enorme responsabilidade de examinar e esclarecer as violações de Direitos Humanos ocorridas no Brasil entre 1946 e 1988, período que inclui a ditadura militar e seus penosos 21 anos. A CNV é uma vitória para o Brasil, e para suas/seus cidadãs/os porém, seu formato e algumas restrições ao seu funcionamento tornam o trabalho árduo e desafiante.



Hugo Fanton

“[Cabe] aos movimentos sociais, [...] mobilizar e criar fatos de interesse da sociedade visando colocar o tema da Memória, da Verdade e da Justiça na agenda política brasileira, valorizando sobremodo o envolvimento da juventude e das redes sociais. **”**



Divulgação Abong

Eliana Rolemberg
(*Informes Abong, 2012*).

Em editorial do *Informes Abong*, Eliana Rolemberg, diretora executiva da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), ressalta: “Mesmo saudando a esperada iniciativa de um governo, cuja presidenta foi alvo direto de perseguição e tortura, seu alcance frustrou a expectativa de muitos, basicamente: por não ter caráter punitivo — a realização plena da Justiça; o período histórico, considerado um diversionismo político, desfocando em parte o momento crucial da ditadura; o prazo de funcionamento, considerado insuficiente; e o pequeno número de titulares envolvidos” (ABONG, 2012).

Para tanto, cabe à mobilização social garantir que o trabalho dessa comissão seja valorizado e acompanhado, mantendo o interesse do poder público, da mídia e da sociedade nessa importante comissão.

Fortalecer a esfera pública é uma das bases da ação da Abong e de suas associadas. A relação com o Estado, o acompanhamento e monitoramento de políticas públicas e da violação de direitos, são alicerces para a construção de uma sociedade justa e democrática. Para tanto, a participação do/a cidadão/ã nos espaços de tomadas de decisão deve ser garantida. Este capítulo buscou apresentar os espaços que a Abong tem atuado e quais suas principais bandeiras de luta para ampliar e fortalecer a esfera pública de atuação cidadã em nosso país.



// saiba mais



A Plataforma Dhesca Brasil é uma articulação nacional de 36 movimentos e organizações da sociedade civil que desenvolve ações de promoção, defesa e reparação dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (doravante abreviados em Dhesca), visando o fortalecimento da cidadania e a radicalização da democracia.

Acesse o site www.dhescabrasil.org.br.

O Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos—FENDH é um espaço aberto, plural e diversificado que tem por vocação buscar incidir sobre as políticas públicas e sobre as discussões no Congresso Nacional, propondo, avaliando e monitorando, dentro da perspectiva de colocar no debate nacional a prevalência dos direitos humanos.

Acesse www.direitos.org.br/.



Jornada pela Legalização do Aborto e Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto são articulações de pessoas — homens e mulheres — que defendem o direito da mulher na escolha de ser mãe ou não.

frentenacionalabortolegal.blogspot.com.br

A Campanha pela Integralidade e Implementação do PNDH3 defende a implementação do Plano Nacional de Direitos Humanos em sua íntegra.

Acesse: www.pndh3.com.br.





Divulgação Comitê Nacional Organizador da Rio+20

POR UM OUTRO
DESENVOLVIMENTO



Desenvolvimento

O modelo econômico atual, que incentiva o consumo incessante e, portanto, a produção ininterrupta de novos bens, é depredador da natureza, destruidor dos ecossistemas que garantem as nossas condições de vida. A Abong sustenta que desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico, não é sinônimo de “produtivismo-consumismo”. Esse modelo precisa ser superado, a matriz energética, baseada nos combustíveis fósseis, precisa ser mudada. O modo de produzir, de consumir deve ser outros, a economia deve ser outra, e o desenvolvimento deve significar o desdobramento das potencialidades existentes nas pessoas e nas sociedades para que todos/as tenham vida e possam construir coletivamente o bem viver.

Em “Caminhos para outro Desenvolvimento” (ABONG, 2012), Ivo Lesbaupin, integrante da direção executiva da Abong e do Iser Assessoria, afirma que, para superar o modelo dominante, temos de propor um outro tipo de desenvolvimento, temos de repensar o conjunto da organização social, as cidades e o campo, o trabalho, a produção daquilo que é necessário. A partir daí, traça os caminhos possíveis para um desenvolvimento que engendre bem-estar, justiça social e

respeito ao meio ambiente. Aborda a possibilidade de utilizar energias renováveis, a agroecologia em lugar da produção de alimentos com agrotóxicos, uma indústria que se apoie na reciclagem dos materiais utilizados, a suspensão da propaganda que tem por objetivo o consumismo, o fim da “obsolescência programada” dos produtos, a prioridade para o transporte público — especialmente aquele baseado em trilhos —, as cidades sustentáveis.

Ao longo desta gestão, foram programadas diversas atividades para incentivar o debate, a elaboração e a difusão de novos paradigmas de desenvolvimento. A Abong organizou três seminários — um de âmbito nacional e dois de âmbito internacional — entre 2010 e 2012, os quais tiveram por objetivo analisar o atual contexto de aquecimento global, de depredação da natureza, de perda da biodiversidade, de mudanças climáticas, e como esses fatores afetam a população mundial, em especial as mais pobres. Neles também foram apresentadas práticas alternativas, várias delas sendo implementadas, que podem levar à superação do modelo atual e a reverter o quadro de produção de gases de efeito estufa e de destruição do meio ambiente necessário para a vida humana. Recolhendo diversas exposições desses seminários, a Abong publicou o livro *Por um outro desenvolvimento*, que se encontra disponível também em seu site.

A Abong articula-se com outras redes para fortalecer a intervenção da sociedade civil em processos que exigem denúncia, controle e participação social. Entendendo que o meio ambiente tem sofrido diversas ameaças em razão do modelo de desenvolvimento vigente, a Abong tem usado seu espaço articulador nacional e sua capacidade comunicativa para mostrar, divulgar e denunciar alguns projetos governamentais que prejudicam a população, em especial os

povos indígenas e as populações ribeirinhas. Entre eles estão a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, a transposição do rio São Francisco, as obras vinculadas aos megaeventos, como a Copa e as Olimpíadas no Brasil, a maioria delas pensadas e decididas sem qualquer participação popular, a serviço da lógica lucrativa do setor privado. Estamos apoiando os comitês populares que monitoram essas obras, assim como a utilização dos recursos públicos.

// saiba mais

Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. Os comitês organizados nas cidades-sede dos eventos esportivos funcionam para monitorar e denunciar possíveis irregularidades. Para saber mais, acesse: www.portalpopulardacopa.org.br.

Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social. Tem como objetivo disseminar informações, gerar consciência crítica e mobilizações da cidadania, visando contribuir no enfrentamento das causas estruturais do aquecimento global que provoca mudanças climáticas em todo o planeta Terra. Para saber mais, acesse: fmclimaticas.org.br.

“ Não estão percebendo o impacto de projetos como as hidrelétricas de Tucuruí, Belo Monte e Rio Madeira para a floresta e também para as cidades, que incham ao receber as populações expulsas de seus territórios e não têm condições de atender às demandas básicas dessa população. [...] O governo brasileiro deixa de considerar essas questões em nome de manter uma hegemonia na América do Sul. [...] Contamos também com a pressão internacional para sensibilizar as autoridades para essas questões. **”**



Divulgação Abong

Aldalice Otterloo

*integrante da diretoria executiva
colegiada da Abong (Informes Abong, 2009).*

• Cúpula dos Povos

Em 2012, a Abong se envolveu ativamente na organização e participação da “Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental”, que aconteceu no Rio de Janeiro, entre 15 e 23 de junho, e foi realizada no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. A Abong participou dessa iniciativa desde o começo, em 2010, quando foi criado o Comitê Facilitador da Sociedade Civil para a Rio+20 e, posteriormente, respondeu positivamente ao convite para gerir os recursos públicos — num total de 10 milhões de reais — concedidos para a organização e realização do evento.

O trabalho foi árduo, mas valeu a pena. A Cúpula dos Povos conseguiu ser um contraponto ao evento oficial, a Rio + 20, que quis propor, como solução para o desastre ecológico, “mais mercado”, ou seja, a mercantilização dos serviços ambientais e, portanto, a privatização de outros elementos da natureza ainda não dominados pela lógica mercantil. A Cúpula dos Povos fez a crítica dessa suposta solução e apresentou propostas alternativas capazes de enfrentar a crise ambiental que o mundo está vivendo.

“Uma associação e suas associadas devem demarcar um campo de identidade claro em termos de orientação política e posicionamento público em torno de causas e de meios de regulação social e do Estado das ações das ONGs. Parece que a profusão criou confusão e o termo ONG abriga um universo sem identificação clara. Esta deve ser reconstituída por meio de iniciativas políticas as quais marquem as identidades. O campo eclesial de base não é nem homogêneo como antes se supunha e menos ainda com os mesmos desafios. As alianças devem ser feitas em torno de causas e pautas da sociedade, de modo a definir as redes possíveis e as iniciativas prováveis. Isso foi possível na Rio+20, está sendo possível nas discussões sobre marco regulatório, mas exige investimento e interação quando se quer falar das bases, haja vista temas polêmicos e necessários como a participação das igrejas na ditadura e a Comissão da Verdade (colaborando e se opondo).”

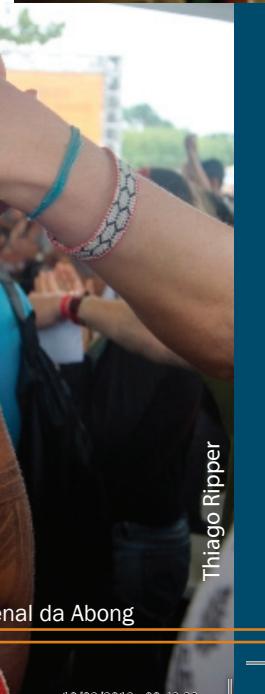


Rafael Soares de Oliveira
Koinonia - Presença Ecumônica e Serviço

Divulgação Koinonia

A Cúpula foi organizada com o objetivo de propiciar espaço para a convergência entre movimentos sociais, organizações da sociedade civil e participantes. Alguns dos números mostram que ela foi o espaço para que toda a diversidade de movimentos, redes, organizações e temas encontrasse meios de expressão e diálogo entre si e com a sociedade em geral também: 20 mil participantes de movimentos sociais organizados, oitocentas atividades autogestionadas, trezentas atividades culturais, dois territórios do futuro, com 150 atividades cada, cinco plenárias de convergência e três assembleias, 300 mil pessoas de público circulante nos dez dias de evento, 80 mil pessoas na passeata “Mobilização Global”. A metodologia de trabalho permitiu a produção de posicionamentos compartilhados, contribuindo com a construção de uma agenda comum expressa na Declaração Final da Cúpula dos Povos na Rio+20. Essa é uma ferramenta que poderá fortalecer as lutas por justiça social e ambiental em todos os continentes no próximo período, mas ainda há um longo caminho pela frente — de consolidação das convergências construídas ao longo deste período e para a transformação das ideias construídas coletivamente em ação.

Este capítulo apresentou as atividades de incidência, produção de conhecimento e os eventos em que a Abong esteve presente ao longo dessa gestão, com o objetivo de propor novos paradigmas de desenvolvimento. Contrapondo-se à concepção dominante, centrada no crescimento econômico, a Abong adota uma visão mais ampla, global e sistêmica, que coloca no centro os direitos humanos e a preservação dos bens comuns. A tarefa ainda é exigente, pois não basta apontar os limites do sistema capitalista vigente, é fundamental construir e propor outros paradigmas e mostrar que sim, é possível um desenvolvimento que não destrua o planeta em que vivemos.



Thiago Ripper



Hugo Fanton

// saiba mais

- Temas estratégicos debatidos nas plenárias da Cúpula dos Povos
- Direitos, justiça social e ambiental
- Em defesa dos bens comuns e contra a mercantilização
- Soberania Alimentar
- Energia e Indústrias Extrativas
- Trabalho: Por uma outra Economia e Novos Paradigmas de Sociedade

Para mais informações - ver site: www.cupuladospovos.org.br.

// saiba mais

“A Cúpula dos Povos opôs à solução de mercantilização a defesa dos bens comuns: em vez de introduzir esses bens no mercado, é preciso que os bens da natureza, os serviços prestados gratuitamente por ela há milênios, sejam defendidos como bens de toda a humanidade, bens públicos, que não podem ser privatizados, não podem ser vendidos, não podem se tornar mercadoria. Esses bens comuns são, entre outros, o ar, a água, a terra, as florestas, a biodiversidade, a saúde, o conhecimento, as culturas. Os bens comuns representam o patrimônio da humanidade. E, portanto, devem ser defendidos, preservados, garantidos, por exigência da vida humana, da vida coletiva. O Estado, como representante dos interesses de todos os cidadãos, deve, portanto, garanti-los.

”



Hugo Fanton

Ivo Lesbaupin
integrante da direção executiva
da Abong (Informes Abong, 2012).

Abong na Cúpula dos Povos

Estas foram as atividades autogestionadas que a Abong promoveu junto com organizações parceiras:

- **“Desafios do Desenvolvimento Sustentável para os países BRICS”**. A atividade foi promovida em parceria com as organizações internacionais ActionAid e Oxfam, com o objetivo de analisar o posicionamento externo dos países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul que, juntos, formam um grupo político de cooperação) e identificar potenciais de cooperação na governança do desenvolvimento sustentável pós-Rio+20.
- **“O novo papel das organizações de defesa de direitos na promoção da justiça social e ambiental”**. Debate realizado em parceria com Articulação D3 — Diálogo, Direito e Democracia — e a ALOP — Associação Latino-americana de Organizações de Promoção, com o objetivo de refletir sobre o papel das organizações de defesa de direitos em países emergentes ou de renda média, onde persistem ainda grandes desigualdades e déficits democráticos.



- **Lançamento do livro Por um outro desenvolvimento.**

- **“Produção e consumo sustentáveis: pelo fim da obsolescência programada”**.

Atividade realizada em parceria com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor — Idec, na qual se debateu o padrão de produção e consumo de hoje e como ele causa depredação dos bens naturais de forma irreversível e insustentável.



Hugo Fanton



Divulgação Abong

CIDADANIA PLANETÁRIA

O papel do Brasil no cenário internacional nos anos 2000 mudou e hoje a imagem é de um país emergente, caracterizado pelo seu crescimento econômico e com capacidade de financiar suas próprias políticas sociais. A cooperação internacional, tradicional parceira das organizações e movimentos sociais brasileiros, que já tinha iniciado a mudança das suas prioridades geográficas, optou de fato por investir fundos em outras regiões do mundo, como os países africanos, a princípio mais pobres. No entanto, outras parcerias estratégicas e laços de solidariedade se fortalecem, a cada dia, na sociedade civil internacional; e este diverso e criativo movimento denominamos “cidadania planetária”.

Cooperação internacional

A cooperação internacional tem uma história de parceria, solidariedade e apoio financeiro a organizações brasileiras, que foi essencial para o fortalecimento dessas entidades: para seus projetos de educação e mobilização popular, na defesa e promoção de direitos, na luta pela redemocratização do país. Assim, para a Abong e suas associadas, é muito importante compreender o processo que há alguns anos determina a reconfiguração deste apoio. No período mais recente, vários

estudos mostram que, além da crise econômica mundial que eclodiu em 2008, também é preciso considerar a mudança de estratégia de várias agências de cooperação, além da mudança de percepção sobre o Brasil por conta do nível de desenvolvimento econômico atingido nos últimos anos.

Considerando esse contexto, a Abong investiu fortemente no diálogo com e sobre a cooperação internacional, buscando assim ampliar a compreensão sobre o fenômeno e propor novas estratégias de enfrentamento. Em notas públicas, artigos e debates, a Abong defendeu a posição de que, apesar de o Brasil ter experimentado significativo crescimento econômico, as debilidades do país são ainda enormes: os persistentes níveis de pobreza e desigualdade, o domínio do

poder econômico e da corrupção sobre o sistema político, as ameaças aos direitos humanos e ao meio ambiente. Por isso, é preciso manter a cooperação visando apoiar o contínuo fortalecimento da sociedade civil brasileira para lutar pela consolidação e ampliação das conquistas políticas e sociais. Além disso, as organizações brasileiras podem contribuir com outros países com inovação e práticas para o enfrentamento dos problemas de pobreza e desenvolvimento.

A Abong participou do debate sobre o novo papel do Brasil como doador de recursos e na ajuda humanitária, na perspectiva tanto de monitorar as iniciativas de colaboração em outros países para que os direitos humanos e a soberania dos povos não sejam desrespeitados, quanto no sentido de advogar a participação das organizações da sociedade civil nesse processo, com sua experiência e sua concepção do desenvolvimento, que vão bem além do crescimento econômico e trazem elementos valiosos para construção de uma sociedade inclusiva, que nem os governos nem as empresas dominam ou defendem, necessariamente.

Entre os espaços que discutem a cooperação internacional que a Abong participa destacamos o PAD — Processo de Articulação e Diálogo Internacional para os Direitos Humanos, rede formada por seis agências ecuménicas europeias e mais de 160 entidades parceiras no Brasil; a Articulação D3 — Diálogo, Direito e Democracia, que reúne entidades interessadas em implementar estratégias conjuntas voltadas à sustentabilidade das organizações da sociedade civil, bem como aumentar a influência dessas organizações sobre políticas relacionadas às áreas onde atuam; e grupos de trabalho informais, como o que trata de política externa brasileira e o temático da Abong sobre Brasil/África, dois espaços que contam com associadas Abong e parceiros. Além destes, o tema da cooperação também é debatido nas plataformas internacionais tema que discutiremos a seguir.

“As relações com as organizações europeias não desapareceram, mas tornaram-se menos financeiras e mais políticas, buscando novas formas de atuação, inclusive levando organizações a colaborarem com parceiros de outros países do Sul. É a chamada Cooperação Sul-Sul. [...] Por isso, podemos considerar que a cooperação internacional com o Brasil não acabou, mas se transformou, trazendo novos desafios.”



Divulgação Abong

Damien Hazard

integrante da diretoria executiva da Abong (Informes Abong, 2012).

// saiba mais

IV Fórum sobre a Efetividade da Ajuda Internacional — Realizado em 29 de novembro e 1 de dezembro, em Busan, na Coreia do Sul. Organizado pela OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development), seu objetivo foi analisar os progressos globais na melhoria do impacto e eficácia da ajuda, fazendo compromissos que definam uma nova agenda de desenvolvimento. A Abong subscreveu com outras organizações a nota “Declaração de Organizações da Sociedade Civil Brasileira sobre a Cooperação Internacional e a Eficácia do Desenvolvimento: País Cooperante, Sociedade Cooperante”, disponível no site Abong.

Reality of Aid (RoA) — Plataforma internacional de OSCs dedicada ao monitoramento das políticas oficiais dos países doadores na erradicação da pobreza. Produz relatórios consistentes sobre o tema. No relatório de 2012, sobre o papel do setor privado na cooperação, a Abong contribuiu com a elaboração de artigo. Acesse: <www.realityofaid.org>.

Civicus — Rede internacional sobre a participação cidadã nos processos políticos: www.civicus.org. A Civicus produz o relatório Estado da Sociedade Civil, e para a última edição a Abong fez o capítulo sobre “A luta por um ambiente favorável para OSCs no Brasil”



Divulgação Equipe

Diplomacia não governamental

A diplomacia não é mais uma ação exclusiva de governos, nem de governantes. O papel das organizações e movimentos sociais no plano extranacional tem mostrado que há espaço para estes atores na agenda internacional e no monitoramento de governos, políticas externas e de empresas multinacionais. Diplomacia Não Governamental (DNG) é o conceito por trás da ideia da crescente incidência da sociedade civil organizada em negociações internacionais. Desde a Eco 92 até os dias atuais, chegando à Rio + 20, as organizações da sociedade civil têm demonstrado que, além de participar dos espaços oficiais, é possível construir sua própria agenda e seus espaços de interlocução, criando novas formas de fazer política. O Fórum Social Mundial é, sem dúvida, exemplo disso.

A Abong participa de uma série de processos internacionais ligados a redes, movimentos e organizações de ONGs ao redor do mundo. Alguns são criados para debater questões específicas, em processos pontuais, como foi o caso do Fórum Aberto para a efetividade do desenvolvimento das OSC (Open Fórum), citado no capítulo “Fortalecimento da esfera pública”. Outros são articulações permanentes, mais estruturadas, que têm por objetivo a construção de um projeto de desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável, com ênfase no respeito à diversidade e no acesso aos direitos. Sem perder a dimensão local, a Abong se insere, assim como suas associadas, nas reflexões e iniciativas da cidadania planetária.

Relatório Trienal da Abong

“ Olivier Consolo pontua que uma articulação internacional da sociedade civil organizada só é forte se existirem associações nacionais expressivas. Para ele, a existência de uma associação nacional de ONG é importante devido a:

1. **Colaboração.** Devemos ser coerentes, e se queremos uma sociedade menos competitiva e mais solidária, temos que conseguir ser colaboradores entre nossos iguais. Isso deve ser um princípio de ação, um valor ético.
2. **Impacto.** Os processos coletivos podem ajudar nisso, devemos mostrar aos nossos membros que algumas batalhas só se ganha coletivamente.
3. **Comparação.** Devemos nos inspirar nos outros atores, como os sindicatos e o setor privado, que há tempos possuem uma estrutura coletiva e internacional, em redes, plataformas. Acreditar que os processos coletivos funcionam e nos dão mais força.
4. **Intergovernabilidade da agenda.** A agenda é assim. Nenhum poder é supranacional; se olharmos para a ONU e para União Europeia, o poder está em seus países membros. Para participar com força e influenciar essa relação intergovernamental, precisamos ter associações nacionais fortes que possam influenciar seus governos. Para atuar internacionalmente, temos que ser fortes no local e nacional.
5. **A ação política em campanhas temáticas.** As campanhas funcionam pautadas em uma agenda política, que é definida e aceita por todos. Mas elas são pontuais e as associações nacionais criam estruturas mais permanentes e a prazos mais longos. Precisamos das duas formas, pois elas se complementam.

”



Divulgação Concord

Olivier Consolo

Concord, Plataforma regional de ONGs Européias

Espaços de incidência política internacional

Dentre os espaços e processos de que participa, destacam-se hoje:

Fórum Social Mundial - A Abong foi uma das idealizadoras do primeiro FSM que aconteceu em Porto Alegre, no início dos anos 2000, desde então, participa ativamente deste espaço, como membro do Conselho Internacional e também da Comissão de Metodologia. Depois do seu envolvimento na construção e avaliação do FSM 2011 em Dacar (Senegal), atualmente participa da preparação da próxima edição internacional FSM a ser realizada na Tunísia, em março de 2013. Marcada pela forte articulação com atores da sociedade civil de muitos países, que surgem em oposição ao sistema neoliberal vigente, essa edição do FSM, tem como lema "Um outro mundo é possível. Uma outra Tunísia é possível", acrescentado da palavra "Dignidade (Dignité)", correspondendo ao apelo das aspirações da população da região.



Mesa de Articulação das Associações Nacionais e Redes de ONGs da América Latina e Caribe - Busca integrar os atores sociais participante sem busca de respostas comuns aos desafios da América Latina e Caribe. Assim fortalecidos, podem dialogar com governos, academia e setor privado. A Mesa tem tido papel de liderança das associações nacionais de organizações em processos de consulta sobre temas como: a efetividade das organizações sociais e as propostas para o desenvolvimento Pós 2015.

Fórum Internacional de Plataformas Nacionais de ONGs (FIP) - Criada em 2008, essa rede internacional de plataformas nacionais e regionais de ONGs conta com cinqüenta membros e busca ser um espaço de incidência política no âmbito

internacional, entendendo que juntos é possível fazer a diferença. A Abong é parte do Grupo de Facilitação do FIP que, entre outras iniciativas, pressionou os governantes do G20 sobre temas ligados à defesa dos direitos humanos e da democracia, por um modelo econômico social e ambientalmente justo, divulgando inclusive um posicionamento na reunião de dezembro de 2011, "Contribuição do Grupo de Facilitação do FIP sobre questões de solidariedade internacional".

A Abong assumiu em 2011, juntamente com a Associação Chilena ACCION, a tarefa de implementar a estratégia de comunicação do FIP, para dar visibilidade à riqueza do trabalho destas organizações, assim como fortalecer seu posicionamento e influência política nos temas que está envolvida. O site www.ong-ngo.org foi reformulado e um boletim é publicado regularmente, entre outras iniciativas.

Rede das Plataformas Nacionais dos Países de Língua Portuguesa - Encontro de ONGs dos países de língua oficial portuguesa, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal e Timor Leste.

A participação nos espaços internacionais de articulação tem sido uma das prioridades políticas da Associação, e nesta gestão não foi diferente. O capítulo "Cidadania Planetária" buscou apresentar as plataformas e redes internacionais que a Abong tem participado e pontuar que é possível criar uma agenda própria e incidir na agenda oficial dos governos. As OSCs estão conseguindo ser um ator político ativo no sistema internacional, e se articulam em redes internacionais para fortalecer essa atuação e mostrar que coletivamente somos mais fortes.

// saiba mais

Beyond 2015: o Mundo que queremos pós-2015

pós-2015 - Entre setembro de 2012 e outubro de 2013, acontecerão consultas em todo o mundo para levantar as contribuições da sociedade civil para a definição da visão, princípios, propósitos e critérios dos novos padrões de desenvolvimento a serem definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). À Abong, caberá liderar o processo de consulta nacional, reunindo organizações e movimentos de defesa de direitos e bens comuns para subsidiar a **criação de um novo marco de desenvolvimento internacional**.

// saiba mais



O site do Fórum Internacional de Plataformas www.ong-ngo.org Com o objetivo de fortalecer as Plataformas Nacionais de ONGs e colocar seus posicionamentos em relação a temas de desenvolvimento global, além de mostrar a riqueza do que fazem e da sua vida associativa, Abong e Accion (Plataforma nacional de ONGs do Chile) assumiram a coordenação da comunicação do FIP (Fórum Internacional de Plataformas Nacionais de ONGs). Diversas ferramentas de comunicação e informação, sempre em concordância com os eixos estratégicos do FIP, com iniciativas concretas para alcançar visibilidade, incidência política e fortalecimento.

Uma destas ferramentas é o site ONG-NGO, que passou por uma renovação ao longo do último ano. Tem-se investido também no desenvolvimento de uma estratégia de visibilidade através de multimídias (Facebook, Twitter). Uma interface em quatro línguas (inglês, português, espanhol e francês) busca desenvolver a comunicação entre as plataformas que integram o FIP, tornando suas ações mais impactantes através da troca e do apoio mútuo.



Divulgação Abong

Divulgação Abong

VIDA ASSOCIATIVA



Divulgação Abong

Tempo de renovar

A direção da Abong recebeu da Assembleia Geral das associadas a missão de renovar a estrutura e propor novas formas institucionais de funcionamento. Desde 2003, a associação experimentava, com sucesso, ter uma direção executiva colegiada, com integrantes vindos de diferentes Estados brasileiros, buscando representar melhor a diversidade do campo associativo e tornar mais democrático seu funcionamento e os processos decisórios. O resultado foi uma sinergia mais nacional, coletiva e aberta, e em 2010 chegou a hora de inovar nas demais estruturas.

Este foi um período para ampliar a participação de associadas nos processos políticos e tomadas de decisão, através da criação de Grupos de Trabalho Temáticos —GTs e convites a algumas associadas para acompanhar e representar a Abong em processos políticos.

Neste processo de inovação, a comunicação teve papel central, tanto para o contato com as associadas, a elaboração de boletins e informes sobre as iniciativas da direção, e na criação dos GTs, como também na melhoria da comunicação com a sociedade, informando o que são as ONGs, o impacto de seu trabalho, e dando visibilidade às lutas políticas em que as associadas e a Abong estão envolvidas. Este foi um período de avanço da comunicação institucional e política da Abong.

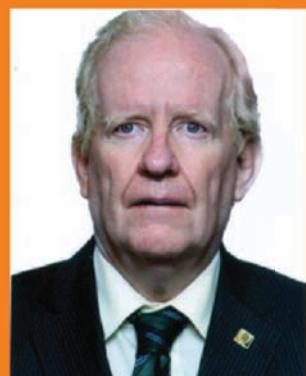
Outro destaque da gestão 2010-2013 foi o reforço do papel formativo da Abong lançando publicações e pesquisas e oferecendo cursos e oficinas com temas importantes no cotidiano de cada organização. Por exemplo, em 2010, aconteceu o curso “Fortalecimento Institucional das ONGs”, que foi uma oportunidade para refletir sobre a transparência e receber formação para usar o SICONV — Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse, importante capacitação diante dos desafios de sustentabilidade que as organizações da sociedade civil enfrentam hoje.

Outro destaque, em termos de formação política e engajamento das associadas em iniciativas que a Abong estava envolvida foi a série de consultas realizadas nos regionais sobre o tema do marco regulatório. Em 2011, em parceria com a Articulação D3 e a Fundação Esquel, foram feitas quatro consultas sobre o tema, recolhendo subsídios para produção de textos analíticos e para a atuação da Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil. Depois, em 2012, foi a vez dos encontros para debater o projeto de lei que resultou do trabalho do GT criado pela Secretaria Geral da Presidência para discutir um ambiente legal para as OSCs, conforme relatado no capítulo “Fortalecimento da

esfera pública”. Estas atividades, realizadas pelos regionais da Abong, possibilitaram que as associadas conhecessem melhor os temas e debates em curso e pudessem contribuir com o mesmo.

Esta gestão procurou ainda fazer das reuniões do Conselho Diretor momentos de encontro e formação das organizações associadas e parceiros locais, buscando principalmente avançar no debate sobre desenvolvimento.

“Minha relação com a Abong inicia-se no período em que ocorriam as discussões e articulações para a sua criação, quando minha atuação se dava no campo de ONGs ligadas à educação popular. A criação da Abong naquele período em que se iniciava o processo de redemocratização da sociedade brasileira veio para afirmar o papel das ONGs como atores políticos, que tinham propostas para a radicalização da democracia e para a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento fundado nos princípios da justiça social, da equidade e da sustentabilidade.”



Divulgação Secretaria Geral da Presidência da República

Pedro de Carvalho Pontual
diretor de Participação da Secretaria
Geral da Presidência da República.

// saiba mais

Seminários realizados pela Abong que discutiram Desenvolvimento

- "Por uma Nova Concepção de Desenvolvimento", em Salvador, Bahia, 6 de dezembro de 2010.
- "20 anos da Abong — organizações em defesa de direitos e bens comuns", seminário realizado em São Paulo, 20 setembro de 2011. Contou com uma conferência dedicada ao tema "Uma nova concepção de desenvolvimento — para superar o modelo produtivista-consumista", além dos painéis temáticos: "Educação e sustentabilidade: rumo à Rio+20"; "Rio+20 — que economia queremos?"; "Modelo de desenvolvimento, combate à miséria e superação das desigualdades"; "Impacto dos megaeventos nas cidades — mobilização da sociedade civil".
- "Outra economia, outro desenvolvimento, outra cooperação: a sociedade civil rumo à Rio + 20/Cúpula dos Povos", 9 e 10 de maio de 2012, no Rio de Janeiro.

Comunicação Abong

Nos últimos três anos, a comunicação da Abong firmou seu papel estratégico para as dinâmicas política e institucional da Associação. Isso pela produção e disseminação de informação, de reflexão e debate sobre questões relacionadas à defesa de direitos e bens comuns, pela incidência nos grandes temas em debate na sociedade, entre elas a questão do direito humano à comunicação e a Lei de Acesso à Informação, sancionada no Brasil em novembro de 2011. O site da associação, reformulado em 2010, é a principal ferramenta comunicativa, mas não a única, nesta gestão foi ampliada, com o uso das redes sociais Twitter (@ABONGBrasil) e Facebook (/associacao.abong).

CONTATO | ABOUT US | BIBLIOTECA | MAPA DO SITE | BUSCAR NO SITE | digite aqui o que você procura |  | TEXTO AAA | RSS

Abong ORGANIZAÇÕES EM DEFESA DOS DIREITOS E BENS COMUNS

quem somos **lutas e ações** **notas públicas** **ongs no Brasil** **links** **imprensa**

[Tweetar](#) 57 | [Curir](#) 314 | [Enviar](#)

CONHECA NOSSAS associadas
Procure pelo nome em um dos campos abaixo:
Por sigla/nome abreviado:
Por nome completo:
Ou faça aqui uma busca detalhada:
Região: | UF: | Área Temática de Atuação: | PÚblico Alvo: | **buscar**

Abong ORGANIZAÇÕES EM DEFESA DOS DIREITOS E BENS COMUNS

Assembleia Geral Abong
A Abong realizará sua Assembleia Geral entre os dias 27 e 28 de fevereiro, em São Paulo. Será um momento para definir prioridades estratégicas para o período 2013-2015, assim como eleger uma nova direção para a Associação. Outras pautas a serem contempladas durante assembleia são a homologação das novas associadas, prestação de contas, aprovação do parecer dado pelo Conselho Fiscal, entre outros.

Seminário Internacional: Governança e Solidariedade global
A realização de grandes encontros internacionais da sociedade civil tem mobilizado inúmeras organizações e movimentos sociais, além de atrair atenção da sociedade em geral para os temas em debate. A Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental, por exemplo, realizada em 2012, reuniu mais de vinte mil participantes de organizações e movimentos de defesa de direitos e atraiu um público de 300 mil pessoas durante os nove dias do evento.

informes ABONG
20/12/2012 a 7/2/2013 | 507 | **Assembleia Geral – democracia em funcionamento na Abong**
A Abong foi fundada em 1991 por um conjunto de 108 organizações da sociedade civil com valores éticos e políticos comuns, compromissadas com a democracia e com forte articulação com os movimentos populares. Em 2011, a associação reafirmou estes compromissos em uma nova logomarca e assinatura: Abong – organizações em defesa de direitos e bens comuns. E hoje, com cerca de 250

O *Informes Abong*, boletim mensal, ganhou nova cara. Um dos focos foi ampliar a participação das associadas e sua visibilidade através do boletim. Assim, nesta gestão o *Informes* contou, muitas vezes, com editoriais escritos pelas associadas, e matérias sobre as associadas e suas missões. O boletim oferece uma parte de serviço, com indicações de iniciativas políticas, como campanhas ou manifestos públicos, e sugestões de leituras.

A incidência nas mídias comercial e comunitária contabilizou mais de 150 inserções em 2011, e 179 em 2012. Essa visibilidade contribuiu com o fortalecimento dos posicionamentos políticos da Abong, especialmente nas temáticas do novo marco regulatório das OSCs, novas concepções de desenvolvimento e cooperação internacional, nas quais a associação passou a ser tratada como referência e fonte de consulta.

Ressalta-se ainda o compartilhamento das informações por um mailing com mais de 12 mil contatos, dentre os quais oitocentos são jornalistas, e pelas redes sociais Facebook e Twitter. Criada em setembro de 2011, a página da Abong no Facebook tem hoje 280 seguidores. Este é ainda um número pequeno, mas ele tem mostrado um crescimento contínuo. Além disso, algumas postagens da Abong no "Face" tem tido um efeito viral significativo, ou seja, tem aparecido na página principal de amigos e amigas de pessoas que curtem a Abong. Alguns dos temas que tiveram esse efeito foram: o dia internacional dos direitos humanos e o editorial da Abong sobre a onda de violência em São Paulo. No Twitter, a Abong tem 982 seguidores.

Assim, pela produção simbólica e material, associada à busca por mecanismos de incidência, a comunicação da Abong contribui com o fortalecimento institucional das OSCs, assim como reforça e amplia o alcance de suas lutas políticas.

// saiba mais

Lei de Acesso a Informação

Em 2012, é regulamentada a lei 12.527 que garante, a pessoas físicas e jurídicas, o direito de acesso às informações públicas dos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Qualquer cidadã ou cidadão pode pedir uma informação pelo site: www.acessoainformacao.gov.br.

Foi possível realizar um único encontro presencial desses grupos, que se comunicaram principalmente por meio de listas de discussão virtual. Funcionaram como espaços de informação e troca entre as associadas, abrindo mais uma oportunidade de integração também para entidades que não conseguem acompanhar as reuniões presenciais organizadas pelos regionais. Também por se organizarem a partir de temas políticos de interesse das OSCs, os GTs puderam dinamizar o diálogo entre organizações associadas, equipe e direção da Abong. Um bom exemplo deste diálogo foi a ação do GT Marco Regulatório, que acompanhou e contribuiu com a participação da direção na relação com o governo e com seus parceiros no debate do marco regulatório para as OSCs. Já o GT Brasil África, que reuniu organizações que já tinham experiência ou gostariam de conhecer as parcerias Sul-Sul, ampliou o debate sobre o papel do Brasil nos países africanos, além de monitorar a ação do governo e empresas brasileiras neste continente.

Os GTs são abertos a todas as associadas, e funcionam de forma virtual, com encontros presenciais esporádicos.

Grupos de trabalho temáticos

Atendendo ao mandato da Assembleia Geral de 2010, a direção propôs a experimentação de nova estrutura de gestão para a Abong, que fosse mais orgânica. O grande desafio colocado era envolver e integrar mais as associadas entre si, reforçando pautas políticas comuns e dinamizando a organização de campanhas e eventos, e para isso foi proposta a criação de grupos de trabalho temáticos (GTs).

São cinco GTs em funcionamento hoje. Do ponto de vista mais externo estão: a relação entre Brasil e África, e a cooperação Sul-Sul, o debate do marco regulatório, da organização e atuação durante a Rio + 20 e as concepções de desenvolvimento. Institucionalmente, as associadas abordam os temas da comunicação e da gestão.

- 1. GT ABONG BRASIL ÁFRICA**
- 2. GT ABONG GESTÃO**
- 3. GT ABONG COMUNICAÇÃO**
- 4. GT ABONG MARCO REGULATÓRIO**
- 5. GT ABONG DESENVOLVIMENTO E RIO+20**



Divulgação Abong

Divulgação Abong



“ A parceria com Abong para implementar o Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI), em 2001, foi muito importante, um esforço para qualificação do trabalho das ONGs associadas a Abong, muitas das quais eram nossas parceiras. Isso deu uma força coletiva ao processo, foi uma forma de organizar um movimento descentralizado para a qualificação de nossas parceiras, com base nas suas próprias demandas, pois o PDI se constrói a partir das demandas da Abong e de suas associadas. Desta forma, também contribui para outras ONGs brasileiras que não são parceiras de Pão para o Mundo diretamente, mas a partir do PDI podem se qualificar. ”



Luciano Wolf
coordenador da Unidade América
do Sul de Pão para o Mundo (antigo
responsável área Brasil do EED)

Novo imagem e mais diálogo com a sociedade Abong 20 anos!

Em 2011, a Abong completou vinte anos, e para celebrar essa história foi realizado o Seminário “20 anos da Abong — organizações em defesa de direitos e bens comuns”, com convidadas e convidados nacionais e internacionais. Nele foram abordados dois dos temas mais centrais dessa gestão: a institucionalidade das ONGs, sua ação e resultados concretos. Entre os temas debatidos estiveram: transparência e legitimidade das ONGs — gestão e comunicação política; recursos humanos em ONGs; comunicação e seu papel na defesa de direitos e bens comuns; sociedade civil, controle social e participação; educação e sustentabilidade: rumo à Rio+20; Rio+20 — que economia queremos?; modelo de desenvolvimento, combate à miséria e superação das desigualdades; e impacto dos megaeventos nas cidades — mobilização da sociedade civil.

A Abong lançou, na ocasião, um folder institucional e reformulou sua identidade, logomarca e assinatura, com a participação das associadas, na busca de que a nova marca contribuisse para o reconhecimento de quem são e o que desejam as organizações que a Abong representa, ampliando o seu reconhecimento e diálogo com a sociedade em geral.

A partir dessas contribuições, foi decidido que a sigla da Associação seria agora apresentada em caixa-alta e

baixa, de forma mais coloquial, simpática e prática. As diferentes alturas das letras criaram no desenho da palavra variações que condizem com o espírito multifacetado das organizações associadas. Além disso, foi escolhida a imagem da espiral, em função da ideia que passa de um mesmo núcleo levar muitas possibilidades, pela impressão de continuidade e de transformação constante. A espiral também carrega em si conceitos próprios da forma de atuar das associadas da Abong. Uma espiral nunca volta ao mesmo ponto, o movimento parte do centro para as bordas e a volta seguinte é sempre maior que a anterior.

Veja a apresentação da logomarca e assinatura: <http://prezi.com/jswd0jqiu9fi/abong-20-anos/>.

Na Feira ONGs Brasil, realizada em dezembro de 2012, a Abong investiu novamente na demarcação de sua identidade e na ampliação do diálogo com outros atores sociais, ao realizar o 1º Fórum Brasileiro de Redes, Organizações e Ativistas de Defesa de Direitos. Foram três painéis que abordavam temas centrais da Abong: o papel das organizações da sociedade civil na construção de uma cidadania planetária; a democracia que temos e a democracia que queremos; e os desafios das organizações e movimentos sociais brasileiros na construção de alternativas ao atual modelo desenvolvimento. Além do Fórum, a Abong organizou um seminário sobre o marco regulatório, com a Secretaria Geral da Presidência e a Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil, além de participar do lançamento da pesquisa da FASFIL, com IBGE, IPEA e GIFE.



Divulgação Abong

Mas afinal, quem são as organizações filiadas à Abong?

Atualmente, a Associação conta com cerca de 250 organizações que integram sua base associativa, distribuídas pelo país e com diversos focos temáticos e públicos atendidos. Essas OSCs são diferentes entre si, mas iguais em seu âmago — lutam por uma sociedade melhor e pela garantia de direitos.

Divididas nacionalmente em regiões, politicamente definidas pela Abong, sendo elas: Regional Amazônia (Acre, Amazonas,

Amapá, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), Regional Centro-Oeste (Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso), Nordeste 1 (Alagoas, Paraíba e Pernambuco), Nordeste 2 (Bahia e Sergipe), Nordeste 3 (Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte), Sudeste (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo), São Paulo e Sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina).

// mapa das associadas



O Perfil das Associadas — censo realizado a cada três ou quatro anos com as associadas Abong — está em processo de atualização. Essa nova versão permitirá comparar com as edições passadas informações sobre o âmbito de atuação das ONGs, e incluirá dados sobre sua inserção internacional. Ainda na linha das informações inéditas, esta edição apresentará informações detalhadas sobre as ferramentas de transparência usadas pelas associadas da Abong. Serão mantidas análises comparativas com os anos anteriores, e será possível verificar se houve mudanças significativas em vários dados, como: no acesso das associadas a isenções e benefícios, ou nas fontes de financiamento acessadas pelas organizações, ou na sua composição orçamentária, entre outros.

Atual estrutura de funcionamento da Abong

A Abong conta com oito direções regionais — Amazônia, Centro-Oeste, Nordeste 1, Nordeste 2, Nordeste 3, São Paulo, Sudeste e Sul. Apesar da grande abrangência geográfica de algumas delas, tem sido possível promover encontros regionais e as diretorias têm sido responsáveis pela adesão de novas associações. As direções regionais são as referências da Associação nestas localidades, com parceiros, mídia local e pesquisadores/as e universidades, organizações interessadas

em se filiar e público em geral. Participam das reuniões do Conselho Diretor junto com a direção executiva e equipe.

A direção executiva é responsável pela coordenação nacional e representação da Associação nos processos em que participa. É responsável pela institucionalidade da Abong, sua captação de recurso, equipe técnica e funcionamento geral.

A Abong conta com uma equipe sediada em São Paulo que apoia as direções executiva e regionais na lida cotidiana da Associação. Os focos de atuação desta equipe são a comunicação, o desenvolvimento institucional, as relações internacionais e a administração da associação.

CONCLUSÃO

O cotidiano de uma associação nacional é repleto de atividades e notícias, são muitos processos para acompanhar e estar envolvido. Dar conta de tudo é um grande desafio. O objetivo deste documento não foi listar todos os processos e acontecimentos vividos na Abong entre 2010 e 2013, e sim, destacar pontos importantes e apresentar para a sociedade como atua uma associação que reúne organizações de defesa de direitos e bens comuns, e as iniciativas no sentido de representar, articular e fortalecer estas organizações e seu trabalho. Desse modo, o relatório destaca, também, a maior riqueza da Abong, que é o trabalho de cada uma das suas associadas.

Sabendo que a luta política não se esgota, eis aqui um pequeno pedaço de nossa história, que projeta muitos e muitos anos mais de articulação, ações e resultados na luta pela defesa dos direitos e bens comuns.

No lançamento desse Relatório, em fevereiro de 2013, será realizada a Assembleia Geral que discutirá o rumo da Associação, sua agenda política e institucional nos próximos anos. Uma nova página, um novo capítulo, a luta continua; construí-la coletivamente, democraticamente, com alegria e esperança, é isso que dá sentido à nossa existência!

Uma agenda para a Abong e suas associadas

O Conselho Diretor da Abong apresentará na Assembleia de 2013 os seguintes tópicos de agenda para a atuação da associação nos próximos anos:

1. Crítica e construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento baseado no produtivismo-consumismo.

Trabalhar para que o desenvolvimento econômico e tecnológico se submeta ao desenvolvimento ético, humano e social, com prioridade à promoção da justiça social e à manutenção da vida no planeta.

2. Contribuir para o avanço na direção da democracia participativa e do controle social das políticas públicas.

Temos de ir construindo sólidas estruturas democráticas, de baixo para cima, temos de reforçar os instrumentos que permitem o controle, o acompanhamento, a fiscalização e a decisão sobre as políticas públicas. Não podemos nos contentar com espaços de participação consultiva, que são importantes, mas insuficientes. Lutar por uma Reforma Política ampla, pela instituição do financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais, pela democratização dos meios de comunicação.

3. Continuar lutando por um novo marco regulatório para as organizações da sociedade civil.

Ampliar a efetividade e a legitimidade das organizações da sociedade civil, com trabalho em rede, desenvolvimento de projetos relevantes e inovadores, mais interação e diálogo com a sociedade e mais transparência, acesso a fundos públicos estatais e autônomos.

4. Atenção e responsabilidade quanto ao papel do Brasil no mundo.

Exercer a diplomacia não governamental e a cooperação horizontal, promovendo uma cultura de paz, solidariedade, valorização da diversidade e democracia; exercer controle social sobre a política externa do governo e sobre a atuação das empresas brasileiras no exterior.

Lista das associadas

Região Norte (total: 20)

ADEIS - Associação para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável
APA-TO - Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins
APACC - Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes
CDDHEP/AC - Centro de Direitos Humanos e Educação Popular
CDH-ARAGUAÍNA - Centro de Direitos Humanos de Araguaína - TO
CDHEP/AC - Centro de Direitos Humanos e Educação Popular
CDHP - Centro de Direitos Humanos de Palmas
CEDENPA - Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará
CEPEPO - Centro de Estudos e Práticas de Educação Popular
COMSAÚDE - Comsaúde - Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação
CVC - Centro de Valorização da Criança
IDA - Instituto de Divulgação da Amazônia
IMENA - Instituto de Mulheres Negras do Amapá
MMCC-PA - Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade do Estado
MOPROM - Movimento de Promoção da Mulher
MRE - Movimento República de Emaús
ONG Cidadania
RAMH - Rede Acreana de Mulheres e Homens
SDDH - Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
UNIPOP - Instituto Universidade Popular

Região Nordeste (total 88)

AACC - Associação de Apoio às comunidades do Campo
AATR-BA - Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia
ADELCO - Associação para o Desenvolvimento Local Co-Produzido
AESOS - Associação Educacional Sons no Silêncio
AFABE - Associação dos Filhos e Amigos de Bezerros
AMAZONA - Amazona - Associação de Prevenção à Aids
ANOTE - Agência de Notícias Esperança
ASSEMA - Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
AVANTE - Avante Qualidade, Educação e Vida
CAA - Centro de Assessoria do Assuruá
CAATINGA - Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições não Governamentais Alternativas
CASA DE PASSAGEM - Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente - Casa de Passagem
CASA RENASCER - CEDECA Casa Renascer
CCLF - Centro de Cultura Professor Luiz Freire
CDJBC - Centro Dom José Brandão de Castro
CDVHS - Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza

CEAHS - Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza
CEARAH PERIFERIA - Cearah Periferia
CEAS-BA - Centro de Estudos e Ação Social
CEAT - Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador e à Trabalhadora
CEATICA - Centro de Apoio a Trabalhos e Iniciativas na Área da Criança e do Adolescente
CECOR - Centro de Educação Comunitária Rural
CECUP - Centro de Educação e Cultura Popular
CEDECA CEARÁ - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará
CEDECA-BA - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan
CELITA - Centro Cultural-Educativo de Lazer, Informação, Trabalho e Ação Social
CENDHEC - Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social
CENTRAC - Centro de Ação Cultural
CENTRO SABIÁ - Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá
CEPAC - Centro Piauiense de Ação Cultural
CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CESEP - Centro Sergipano de Educação Popular
CETRA - Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador
CF8 - CF8 - Centro Feminista 8 de Março
CHAME - Centro Humanitário de Apoio à Mulher
CHAPADA - Centro de Habilitação e Apoio ao Pequeno Agricultor do Araripe
CIEG - Centro Interdisciplinar de Estudos Grupais Enrique Pichon-Rivière
CIPÓ - CIPÓ Comunicação Interativa
CJC - Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro
CJP-SALVADOR - Comissão de Justiça e Paz de Salvador
CMC - Centro das Mulheres do Cabo
CMN - Casa da Mulher do Nordeste
CMV - Coletivo Mulher Vida
CNMP - Centro Nordestino de Medicina Popular
COMUNICAÇÃO E CULTURA - Comunicação e Cultura
CRIA - Centro de Referência Integral de Adolescentes
CUNHÃ - Cunhã Coletivo Feminista
CURUMIM - Grupo Curumim Gestação e Parto
DIALOGU - Centro de Desenvolvimento Humano e Social
ELO - Elo - Ligação e Organização
EQUIP - Escola de Formação Quilombo dos Palmares
ESCOLAPECIRCO - Escola Pernambucana de Circo
ESPLAR - Esplar Centro de Pesquisa e Assessoria
ETAPAS - Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social
FÓRUM CARAJÁS - Fórum Carajás - Centro dos Direitos das Populações da Região de Carajás
FUNDIFRAN - Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco
GACC-CE - Grupo de Apoio às Comunidades Carentes do Ceará

GACC-MA - Grupo de Apoio as Comunidades Carentes do Maranhão
GAJOP - Gabinete de Assessoria Jurídica as Organizações Populares
GAMBA - Grupo Ambientalista da Bahia
GAPA-BA - Grupo de Apoio à Prevenção à Aids da Bahia
GAPA-CE - Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS do Ceará
GESTOS - Gestos- Soropositividade, Comunicação e Gênero
GMM - Grupo Mulher Maravilha
GTP+ - Grupo de Trabalhos em Prevenção Positivo
IJC - Instituto de Juventude Contemporânea
IMOPEC - Instituto da Memória do Povo Cearense
INSTITUTO DO HOMEM - Instituto do Homem
INSTITUTO TERRAMAR - Instituto Terramar
IPÉTERRAS - Instituto de Permacultura em Terras Secas
IRPA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
IRT - Instituto de Revitalização para o Trabalho
LOUCAS DE PEDRA LILÁS - Loucas de Pedra Lilás
MENINA FELIZ - ONG Menina Feliz
MIRIM BRASIL - Movimento Infanto-Juvenil de Reivindicação
MOC - Movimento de Organização Comunitária
PAPAI - Instituto Papai
PATAC - Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades
SAR - Serviço de Assistência Rural
SASOP - Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais
SEDUP - Associação SEDUP - Serviço de Educação Popular
SMDH - Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia
TIJUPÁ - Associação Agroecológica Tijupá
UMBU-GANZÁ - Centro de Cidadania Umbu-Ganzá
VIDA BRASIL-BA - Valorização do Indivíduo e Desenvolvimento Ativo - Brasil (BA)
VIDA BRASIL-CE - Valorização do Indivíduo e Desenvolvimento Ativo - Brasil (CE)
VISÃO MUNDIAL - Visão Mundial Brasil

Região Centro-Oeste (total: 16)

ABHP - Associação Brasileira de Homeopatia Popular
ABRANDH - Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos
AGENDE - Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento
CDHDMB - Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennès
CDHHT - Centro de Direitos Humanos
CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
ECOA - Ecologia e Ação
GSP - Grupo de Saúde Popular
GTC-AESS - Grupo Transas do Corpo
IBRACE - Instituto Brasil Central
ICV - Instituto Centro de Vida
INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos
ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza
MNMMR - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

OPAN - Operação Amazônia Nativa
PRÓ-GENTE - Ação Cristã Pró-Gente

Região Sudeste (total: 94)

AAMM - Associação de Apoio às Meninas e Meninos da Região Sé
ABDL - Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças
ABIA - Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS
ABRASO - Associação Brasileira de Ostomizados
ABTH - Associação Brasileira Terra dos Homens
ABREC - Assoc. Bauruense de Apoio e Assistência ao Renal Crônico
AÇÃO COMUNITÁRIA-RJ - Ação Comunitária do Brasil
AÇÃO DA CIDADANIA - Ação da Cidadania São Paulo S/C
AÇÃO EDUCATIVA - Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação
ADUCON - Associação de Defesa dos Usuários, Consumidores e Contr. Em Minas Gerais
AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ASPLANDE - Assessoria & Planejamento para o Desenvolvimento
CAC-RJ - Centro de Atividades Comunitárias de São João de Meriti
CACES - Centro de Atividades Culturais, Econômicas e Sociais
CAMPO - Centro de Assessoria ao Movimento Popular
CAMTRA - Casa da Mulher Trabalhadora
CAPINA - Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa
CARE BRASIL - Care Internacional Brasil
CDD-BR - Católicas pelo Direito de Decidir
CDDH-Petrópolis - Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis
CDHEP - Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo
CDI - Comitê para Democratização da Informática
CECIP - Centro de Criação de Imagem Popular
CEDAC - Centro de Ação Comunitária
CEDAP - Centro de Educação e Assessoria Popular
CEDAPS - Centro de Promoção da Saúde
CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
CEERT - Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades
CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CEPIA - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação
CFSS - Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde
CGGDH - Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos
CISMOP - Centro de Investigação Social e Solidariedade aos Movimentos Populares
CNBL - Centro Nacional Bertha Lutz
COM CAUSA - Com Causa

COMULHER - Comunicação Mulher
COR-DH - Centro Oscar Romero de Direitos Humanos
CPCD - Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento
CPI-SP - Comissão Pró-Índio de São Paulo
CPV - Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro
CRESAM - Centro de Referência para Saúde da Mulher
CRIAR BRASIL - Centro de Imprensa, Assessoria e Rádio - Criar Brasil
CRIOLA - Criola
CTV - Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos
CVI - Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro
DEFENSORES DA TERRA - Associação Ambientalista Defensores da Terra
ECOAR - Instituto Ecoar para Cidadania
ECOS - Comunicação em Sexualidade
ESPAÇO - Espaço Formação Assessoria e Documentação
FALA PRETA! - Organização de Mulheres Negras
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FÉ E ALEGRIA - Fundação Fé e Alegria do Brasil
FUNDAÇÃO BENTO RUBIÃO - Fundação CDDH Bento Rubião
GAPA-SP - Grupo de Apoio à Prevenção à Aids Brasil São Paulo
GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra
GIV - Grupo de Incentivo a Vida
GREENPEACE - Associação Civil Greenpeace
GRUPO PELA VIDDA-SP - Grupo pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de AIDS
GTPOS - Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBEAC - Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário Queiróz Filho
IDACO - Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária
IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
IEMA - Instituto de Energia e Meio Ambiente
IMAGEM DA VIDA - Imagem da Vida
IMDS - Instituto Marquês de Salamanca
INSTITUTO ARTE NO DIQUE - Instituto Arte no Dique
INSTITUTO AVISA LÁ - Instituto Avisa Lá - Formação Continuada de Educadores
INSTITUTO EQUIT - Instituto Equit - Economia e Cidadania Global
INSTITUTO KAIRÓS - Instituto Kairós - Ética e Atuação Responsável
INSTITUTO PATRICIA GALVÃO - Instituto Patrícia Galvão - Comunicação e Mídia
IPF - Instituto Paulo Freire
ISA - Instituto Socioambiental
ISER - Instituto de Estudos da Religião
ISER/ASSESSORIA - Iser/Assessoria
NOVA - Nova Pesquisa e Assessoria e Educação
NOVAMERICA - Novamerica
PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
PÓLIS - Pólis Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em

Políticas Sociais
PROFEC - Programa de Formação e Educação Comunitária
REDEH - Rede de Desenvolvimento Humano
RIO 7 - Instituto Rio 7 de Defesa ao Meio Ambiente, Consumidor, Cidadania, Criança e Adolescente
RIOVOLUNTARIO - Riovoluntário
RITS - Rede de Informações para o Terceiro Setor
RME - Rede Mulher de Educação
RODA VIVA - Associação Projeto Roda Viva
SER MULHER - Centro de Estudos e Ação da Mulher Urbana e Rural
SFB - Solidariedade França-Brasil
SMM - Serviço à Mulher Marginalizada
SOF - Sempreviva Organização Feminista
SOS MATA ATLANTICA - Fundação SOS Mata Atlântica
SSL - Associação Saúde Sem Limites
UNIRR - União de Redes de Radiodifusão pela Democracia - Escritório Brasileiro da AMARC
VIVENDO - Instituto Vivendo de Desenvolvimento Integral da Terceira Idade

Região Sul (total: 25)

ADITEPP - Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos
AMENCAR - Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente
ASPA - Apoio, Solidariedade e Prevenção à Aids
ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
ASSOCIAÇÃO VIANEI - Associação Vianei de Coop. e Inter. no Trabalho Educacional Cultural e Saúd
CAAP - Centro de Assessoria à Autogestão Popular
CAEPS - Centro de Apoio à Economia Popular Solidária
CAMP - Centro de Assessoria Multprofissional
CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CDHAVI - Centro de Direitos Humanos do Alto Vale do Itajaí
CDHMGB - Centro dos Direitos Humanos
CEAP-RS - Centro de Educação e Assessoramento Popular
CEBI - Centro de Estudos Bíblicos
CECA - Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria
CEDEDICA - Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente
CEFURIA - Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo
CEPO - Centro de Educação Popular
CETAP - Centro de Tecnologias Alternativas Populares
CETAP - Centro de Tecnologias Alternativas Populares
CIDADE - CIDADE - Centro de Assessoria e Estudos Urbanos
DESER - Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
GAPA-RS - Grupo de Apoio à Prevenção da Aids do Rio Grande do Sul
PRECAVVIDA - Centro de Prevenção e Recuperação:
PROAME - Programa de Apoio a Meninos e Meninas
RURECO - Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná

© Demonstrações financeiras

// Balanço comparativo 2010 a 2012

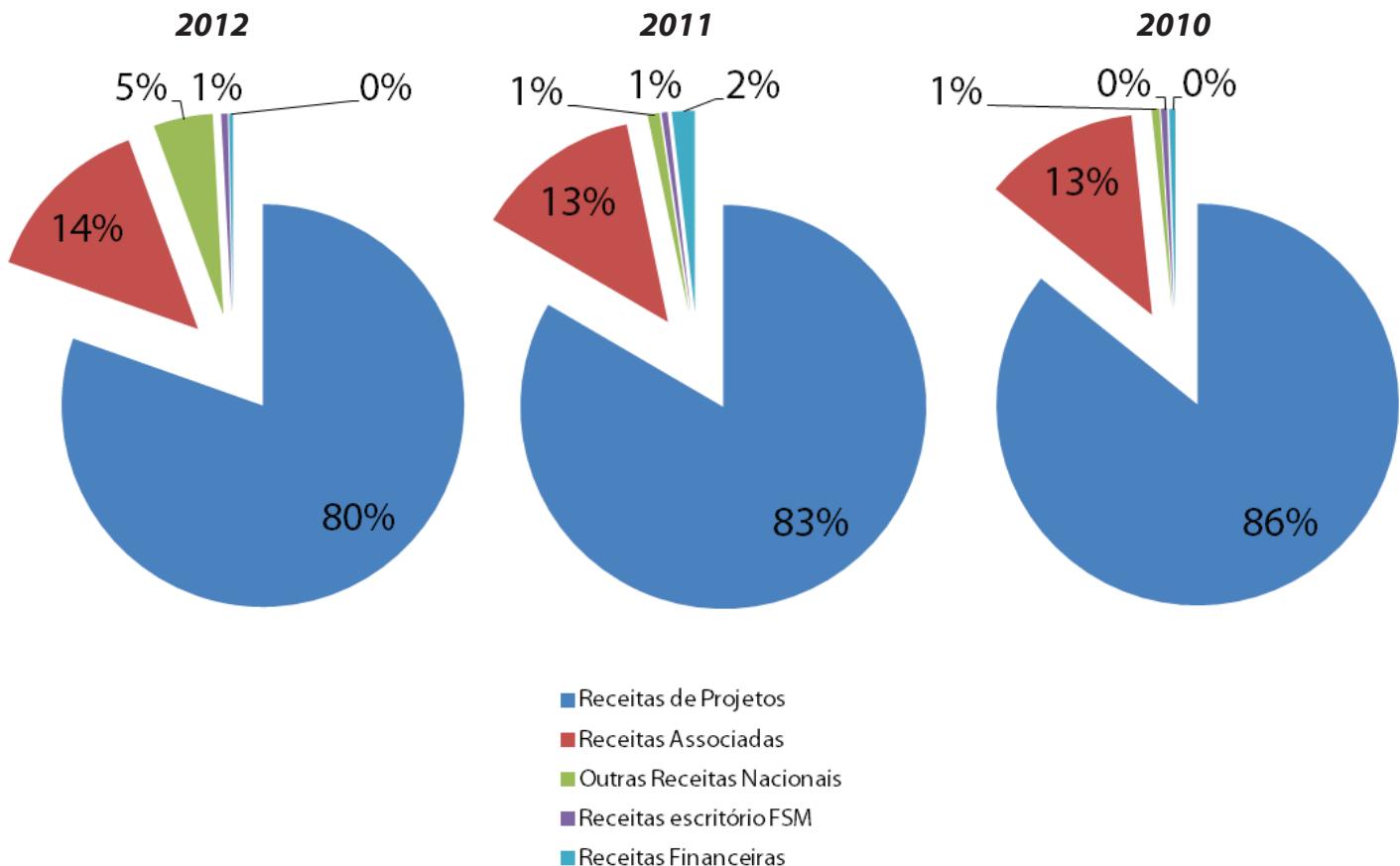
ATIVO	2012	2011	2010
CIRCULANTE:			
Caixa e equivalente de caixa			
Outros créditos	283.531,38	57.023,86	16.559,91
Adiantamentos de projetos	10.322,10	3.175,12	295,77
Impostos a recuperar	29.189,58	130,52	71.509,97
	0	1.697,50	-
Total do ativo circulante		323.043,06	62.027,00
		88.365,65	

NÃO CIRCULANTE:			
Imobilizado	5.304,27	9.083,31	6.145,56
Total do ativo não circulante			
	5.304,27	9.083,31	6.145,56
TOTAL DO ATIVO			
	328.347,33	71.110,31	94.511,21

PASSIVO	2012	2011	2010
CIRCULANTE:			
Fornecedores			
Impostos e taxas a recolher	8.118,66	1.778,25	3.841,91
Salários e encargos trabalhistas	-	-	3.589,48
Adiantamentos de projetos	8.933,56	13.162,36	47.610,52
Outras contas a pagar	163.356,65	43.763,92	27.696,60
	-	-	-
Total do passivo circulante	180.408,87	58.704,53	82.738,51
PATRIMÔNIO SOCIAL:			
Patrimônio social	24.063,57	24.063,57	24.063,57
Déficit Acumulado	(11.657,79)	(12.290,87)	(94.311,57)
Superávit do Exercício	135.532,68	633,08	82.020,70
	-	-	-
Total do patrimônio social	147.938,46	12.405,78	11.772,70
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	328.347,33	71.110,31	94.511,21

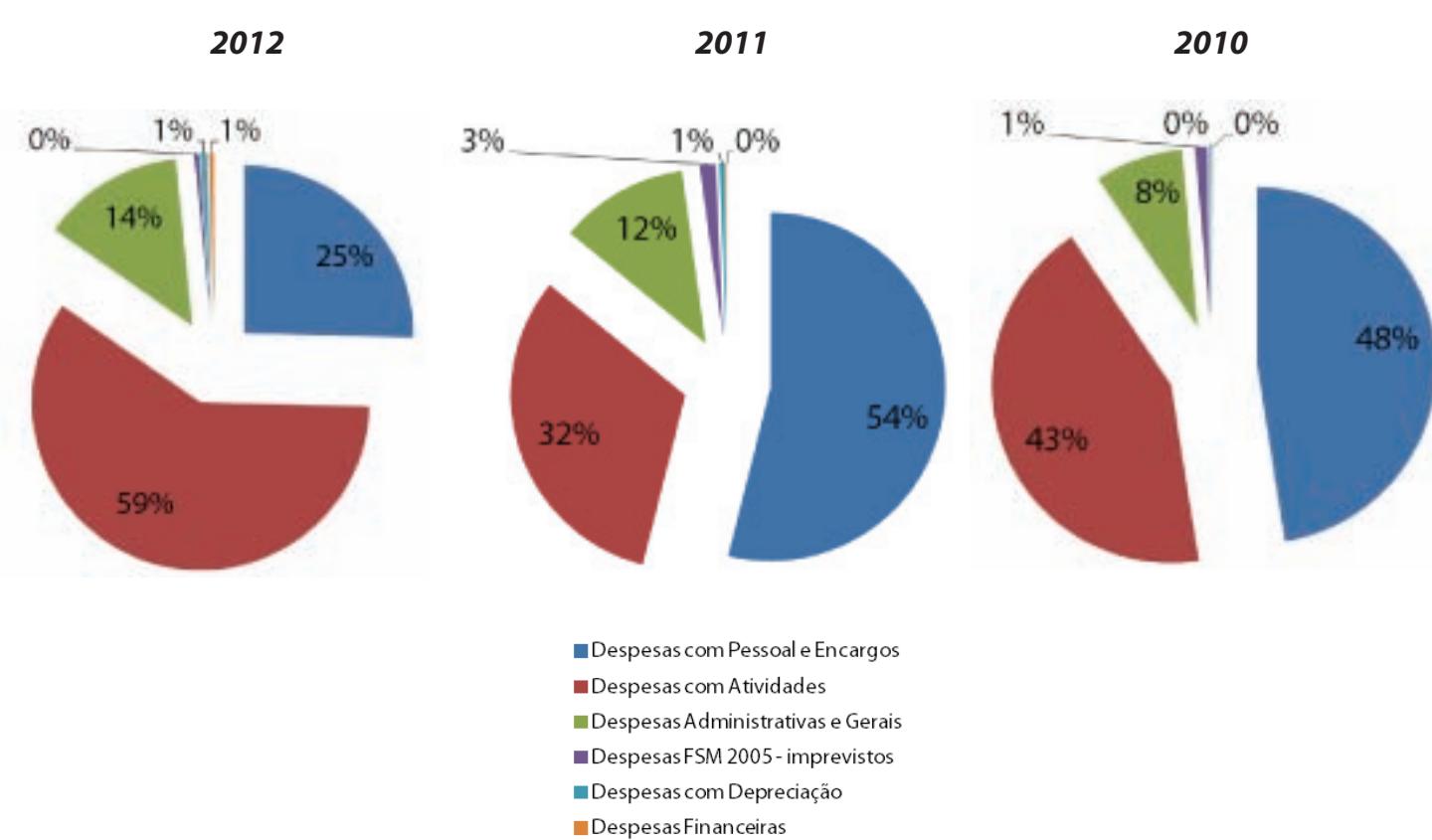
// *Receitas*

RECEITAS	2012	2011	2010
RECEITA OPERACIONAL	556.485,20	683.666,00	1.014.696,93
Receitas de Projetos	447.443,35	570.336,32	870.568,45
Receitas Associadas	77.764,55	90.946,36	127.437,74
Outras Receitas Nacionais	26.565,47	6.503,00	6.465,94
Receitas escritório FSM	2.921,70	3.325,56	4.976,35
Receitas Financeiras	1.790,13	12.554,76	5.248,45
RECEITAS PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS	10.340.858,82		213.295,00
Gestão da Cúpula dos Povos	10.340.858,82		213.295,00
Gestão do Forum RTS			
RECEITAS TOTAIS	10.897.344,02	683.666,00	1.227.991,93



// Despesas

DESPESSAS	2012	2011	2010
DESPESSAS OPERACIONAIS	(545.085,37)	(683.032,92)	(1.035.811,13)
Despesas com Pessoal e Encargos	(138.433,11) 25%	(368.240,11) 54%	(492.238,64) 48%
Despesas com Atividades	(323.503,45) 59%	(218.386,67) 32%	(446.497,58) 43%
Despesas Administrativas e Gerais	(74.475,43) 14%	(81.619,03) 12%	(82.775,36) 8%
Despesas FSM	(2.435,12) 0%	(10.263,84) 2%	(11.178,80) 1%
Despesas com Depreciação	(3.779,04) 1%	(3.562,25) 1%	(2.478,92) 0%
Despesas Financeiras	(2.459,22) 0%	(961,02) 0%	(641,83) 0%
DESPESSAS COM REALIZAÇÃO DE EVENTOS	(10.216.725,97)		(110.160,10)
Despesas Cúpula dos Povos	(10.216.725,97)		
Despesas Forum e Conferencia RTS		-	(110.160,10)
DESPESSAS TOTAIS NO PERÍODO	(10.761.811,34)	(683.032,92)	(1.145.971,23)
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	135.532,68	633,08	82.020,70



Conselho Diretor da Abong (2010-2013)



Diretoria Executiva

Aldalice Moura da Cruz Otterloo

Instituto Universidade Popular (Unipop)

Damien Hazard

Vida Brasil-BA

Ivo Lesbaupin

ISER Assessoria – Religião, Cidadania e Democracia

Raimundo Augusto de Oliveira

Escola de Formação Quilombo dos Palmares (Equip)

Vera Maria Masagão Ribeiro

Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação

Suplentes

Mauri José Vieira Cruz

CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional

Ana Cristina Lima

CUNHÃ Coletivo Feminista

Diretorias Regionais

Amazônia (AC, AM, AP, MA, PA, RO, RR, TO)

João Daltro Paiva

APACC – Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes

Terezinha de Jesus Soares dos Santos (Teca)

IMENA – Instituto de Mulheres Negras do Amapá

Centro-Oeste (DF, GO, MS, MT)

Sem diretoria

Nordeste I (AL, PB, PE)

Célia Dantas Gentile Rique

GAJOP – Grupo de Apoio às Comunidades Carentes

Mercia Maria Alves da Silva

CENDHEC - Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social

Ricardo José de Souza Castro

Instituto PAPAI

Luciel Araújo de Oliveira

SEDUP – Serviço de Educação Popular

Nordeste II (BA, SE)

Renato Pégas Paes da Cunha

GAMBÁ – Grupo Ambientalista da Bahia

Edmundo Ribeiro Kroger

CECUP – Centro de Educação e Cultura Popular

Nordeste III (CE, PI, RN)

Patrick Oliveira

VIDA BRASIL – Associação Vida Brasil - CE

Suzany de Souza Costa

CEARAH PERIFERIA – Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos

São Paulo

Beloyanis Bueno Monteiro

SOS Mata Atlântica

Alexandre Isaac

CENPEC – Centro de Pesquisas em Educação e Cultura e Ação Comunitária

Waldir Aparecido Mafra

CARE BRASIL – Care Internacional Brasil

Paulo Roberto Padilha

Instituto Paulo Freire (IPF)

Sudeste

Adriana Valle Mota

Nova Pesquisa e Assessoria em Educação - NOVA

Eleutéria Amora da Silva

Casa da Mulher Trabalhadora (Camtra)

Sul (PR, RS, SC)

Mauri Cruz e João Marcelo Pereira dos Santos e

CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional

Maribel Lindenal

CEBI – Centro de Estudos Bíblicos

Valdevir Both

CEAP – Centro de Educação e Assessoramento Popular

Equipe Abong

Administrativo

Marta Elizabete Vieira

Comunicação

Hugo Fanton Ribeiro da Silva
João Previattelli

Desenvolvimento Institucional e Relações Internacionais

Helda Oliveira Abumanssur
Luara Lopes

Participaram desta publicação

Coordenação Editorial

Helda Oliveira Abumanssur
Vera Maria Masagão Ribeiro

Redação e edição de textos

Isabel Mattos Porto Pato

Apoio

Hugo Fanton Ribeiro da Silva
Luara Lopes
Marta Elizabete Vieira
João Previattelli

Revisão final

Isabel Junqueira

Projeto Gráfico e diagramação

Agência Enkel Comunicação e Design

Impressão

Maxprint Editora e Gráfica Ltda

As seguintes organizações apoiaram a Abong ou fizeram parcerias pontuais no período relativo a este relatório:



São Paulo, fevereiro de 2013.



ORGANIZAÇÕES EM DEFESA
DOS DIREITOS E BENS COMUNS